

PREFEITURA DE QUITANDINHA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JUNHO/2015

MÁRCIO NERI DE OLIVEIRA

Prefeito

MARCOS AURÉLIO DE ANDRADE LEMOS

Vice-Prefeito

EMERSON MITSUI KARASAWA

Secretário Municipal de Educação

PEDRO GILSON RIBAS

Presidente da Câmara de Vereadores

CARLOS EDMILSON DE MOURA

KELLI ROCHA DOS SANTOS

MARCOS ÉLIO DE DEUS LEAL

PAULO CESAR DE MACEDO

JOÃO ACIR ALVES DO SANTOS

MARCOS ANTÔNIO KARPINSKI

PAULO DOS ANJOS PEREIRA

ANTÔNIO NENEMANN

Vereadores

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE QUITANDINHA

Comissão Coordenadora

Emerson Mitsui Karasawa

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Paulo Cesar de Macedo

Representante do Poder Legislativo

Rogério Raksa

Representante da Sociedade Civil Organizada

Equipe Técnica

Carlos Edmilson de Moura

Cassiana Piske Lavandoski

Clarice Maria Machoski Wojckiewicz

Danielle Rauth

Fabiane Carneiro Pinheiro Gonçalves

Joseli Maria Mordaski de França

Maria Janete Iargas

Maria Vandeli Hopata Lucini

Nara Fernanda Ramos Cruz Piontkiewicz

Nilce Mlenek

Rosana Lechinovski Kemp

Grupos de Trabalho

Caracterização Geral do Município

Rogério Rocha

Educação Infantil

Adriana Ivainiski

Claudete Helena Machoski Ribas

Solange Fetzer Ribeiro

Ensino Fundamental

Afonso Roberto Ferreira

Andrea da Silva Celestino de Almeida

Angela Santos França

Bernadete de Almeida Fetzer

Édina Cristina de Lima

Isabel Celestino de Almeida Tokarski

Luciane Rauth

Rubens Antonio da Rocha

Sonia Maria Rauth

Ensino Médio

Clara Isabel Negrelli

Edemar Lisboa

Edinei Mlenek

Edson Kazuo Karasawa

Educação Superior

Anna Caroline Lechinovski Kemp

Joelise Nahimi Iargas

Educação de Jovens e Adultos

Carmem Lúcia Moreira Mendes Nascimento

Educação Tecnológica e Formação Profissional

Ronilson Fernandes Costa

Educação Especial

Aparecida de Fátima Machado Gonzaga

Ines de Almeida Kolachinski

Michelly Mileny Noremberg Czarneski

Formação dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Ensino e
Valorização do Magistério

Jakeline Calizário Prado

Jucelita Ester Mika

Financiamento da Educação da Rede Municipal de Ensino

Charles Michael Osowski

Gestão da Rede Municipal de Ensino

Monique dos Anjos Kantele

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
LISTA DE FIGURAS E QUADRO	9
LISTA DE GRÁFICOS.....	10
LISTA DE TABELAS.....	11
I - APRESENTAÇÃO.....	14
II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.....	15
1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS.....	15
2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	17
2.1 Origem Histórica.....	17
2.2 A Concepção do Município.....	17
2.3 Etimologia.....	18
2.4 Primeiros Habitantes de Areia Branca (Quitandinha).....	18
2.5 Etnia.....	18
2.6 Administradores/Partidos Políticos.....	18
2.7 Símbolos Municipais.....	26
3. ASPECTOS POPULACIONAIS.....	28
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	29
5. ASPECTOS CULTURAIS.....	31
6. ASPECTOS EDUCACIONAIS.....	33
III - DIAGNÓSTICOS.....	39
1. EDUCAÇÃO INFANTIL.....	39
1.1 Atendimento.....	39
1.2 Infraestrutura.....	40
1.3 Matrículas.....	42
1.4 Recursos Humanos.....	42
1.5 Gestão.....	43
1.6 Considerações Finais.....	45
2. ENSINO FUNDAMENTAL.....	46
2.1 Atendimento.....	46
2.2 Infraestrutura.....	47
2.3 Desempenho dos Alunos.....	49
2.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	49
2.5 Recursos Humanos.....	51
2.6 Projetos.....	53
3. ENSINO MÉDIO.....	56
3.1 Oferta.....	56
3.2 Desempenho dos Alunos.....	56

3.3 Recursos Humanos.....	56
3.4 Projetos.....	57
3.5 Dados Complementares.....	57
4. EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	59
5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	62
5.1 Perfil da População.....	62
5.2 Oferta.....	63
5.3 Atendimento na Rede Municipal de Ensino.....	63
5.4 Atendimento na Rede Estadual de Ensino.....	64
5.5 Considerações Finais.....	64
6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	66
7. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	69
7.1 Atendimento em Instituição Especializada.....	69
7.2 Atendimento no Ensino Regular.....	73
8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO.....	76
8.1 Plano de Carreira.....	76
8.2 Quadro Funcional da Rede Municipal de Ensino.....	77
9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	79
9.1 Financiamento.....	79
9.2 Gestão da Educação Pública Municipal.....	82
IV - METAS E ESTRATÉGIAS.....	87
V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO.....	108
DOCUMENTOS CONSULTADOS.....	109
SITES CONSULTADOS.....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AMSULEP	Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APMF	Associação de Pais, Mestres e Funcionários
APMI	Associação de Proteção à Maternidade e à Infância
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AVDS	Atividade de vida diária
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAEDV	Centro de Atendimento Especializado ao Deficiente Visual
CAES	Centro de Atendimento Especializado aos Surdos
CAQ	Custo Aluno Qualidade
CELEM	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas
CETEQUI	Centro de Treinamento Profissional de Quitandinha
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
DEM	Democratas
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FJP	Fundação João Pinheiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
GRPCOM	Grupo Paranaense de Comunicação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PBF	Programa Bolsa Família

PDC	Partido Democrático Cristão
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDS	Partido Democrático Social
PEA	População Economicamente Ativa
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PME	Plano Municipal de Educação
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONATEC	Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSS	Processo Seletivo Simplificado
PST	Partido Social Trabalhista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEED-PR	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR-PR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná
SESI	Serviço Social da Indústria
SUS	Serviço Único de Saúde
UDN	União Democrática Nacional
UNC	Universidade do Contestado

LISTA DE FIGURAS E QUADRO

Figura 1.	Localização do município de Quitandinha.....	15
Figura 2.	Limites do município de Quitandinha.....	16
Figura 3.	Foto da Prefeitura – no antigo posto de gasolina.....	25
Figura 4.	Bandeira Municipal.....	26
Figura 5.	Brasão de Armas.....	27
Figura 6.	Foto aérea do Parque Industrial.....	29
Quadro 1.	Prefeitos e vereadores que governaram o Município de 1961 até 2013.....	19

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	População do Município, 1999/2010.....	28
Gráfico 2.	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010.....	31
Gráfico 3.	Dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2000.....	31
Gráfico 2.1.	IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021.....	50
Gráfico 2.2.	IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021.....	50
Gráfico 5.1.	Percentual de pessoas alfabetizadas acima de 15 anos de idade, 2001 – 2013.....	62
Gráfico 5.2.	Taxas de analfabetismo da população acima de 15 anos do Município por sexo, 1991/2000/2010.....	62
Gráfico 9.1.	Despesas com educação por elemento de despesa, 2013 – 2015 (em %)......	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	População total, por gênero, rural/urbana – Quitandinha, 1991/2010.....	28
Tabela 2.	Estrutura etária da população de Quitandinha, 1991/2010.....	29
Tabela 3.	Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas, 2013.....	30
Tabela 4.	Instituições de educação básica existentes no Município, 2015.....	34
Tabela 5.	Infraestrutura das instituições de educação básica existentes no Município, 2015.....	36
Tabela 6.	Dados da frequência escolar, 1991/2010.....	37
Tabela 7.	Comparativo dos dados da frequência escolar, 1991/2010.....	37
Tabela 1.1.	Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015.....	39
Tabela 1.2.	Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	40
Tabela 1.3.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam a educação infantil, 2015.....	41
Tabela 1.4.	Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015.....	42
Tabela 1.5.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015.....	42
Tabela 1.6.	Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede privada de ensino, 2015.....	43
Tabela 2.1.	Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015...	46
Tabela 2.2.	Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015.....	47
Tabela 2.3.	Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....	47
Tabela 2.4.	Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015...	48
Tabela 2.5.	Rendimento e movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	49
Tabela 2.6.	Dados das instituições sobre o IDEB de 2013.....	50
Tabela 2.7.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015.....	52
Tabela 2.8.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015.....	52
Tabela 2.9.	Recursos humanos do ensino fundamental da rede Privada de ensino, 2015.....	53
Tabela 2.10.	Projetos desenvolvidos pelas instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015.....	53
Tabela 2.11.	Parcerias firmadas pelas instituições que ofertam o ensino fundamental no desenvolvimento de projetos, 2015.....	55

Tabela 3.1.	Instituições que ofertam o ensino médio regular, 2015.....	56
Tabela 3.2.	Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014.....	56
Tabela 3.3.	Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015.....	57
Tabela 3.4.	Dados sobre projetos das instituições que ofertam o ensino médio, 2015.....	57
Tabela 3.5.	Dados complementares das instituições que ofertam o ensino médio, 2015.....	58
Tabela 4.1.	Instituição que oferta a educação superior no Município, 2015.....	59
Tabela 4.2.	Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial de Quitandinha, 2015.....	60
Tabela 4.3.	Índices de evasão na Uninter, 2011 – 2014 (em %).	60
Tabela 5.1.	Taxa de analfabetismo segundo faixa etária, 2010.....	62
Tabela 5.2.	Oferta da EJA, 2015.....	63
Tabela 5.3.	Matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015.....	63
Tabela 6.1.	Cursos oferecidos pelo CRAS, 2014	66
Tabela 6.2.	Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes pelo CRAS, 2015.....	67
Tabela 6.3.	Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados pelo Centro de Treinamento Profissional, 2014 – 2015.....	68
Tabela 6.4.	Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados pela Matrix Informática, 2014 – 2015.....	68
Tabela 7.1.	Atendimento da Escola Alice Santana Pinto, 2015	69
Tabela 7.2.	Total de alunos atendidos na Escola Alice Santana Pinto, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015.....	70
Tabela 7.3.	Total de alunos atendidos na Escola Alice Santana Pinto, 2015.....	70
Tabela 7.4.	Infraestrutura da Escola Alice Santana Pinto, 2015.....	71
Tabela 7.5.	Recursos humanos da Escola Alice Santana Pinto, 2015.....	72
Tabela 7.6.	Atendimento de Técnicos, 2015.....	72
Tabela 7.7.	Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Escola Alice Santana Pinto, 2015.....	73
Tabela 7.8.	Atendimento da Educação Especial no ensino regular, 2015.....	74
Tabela 7.9.	Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015.....	74
Tabela 7.10.	Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015.....	74

Tabela 7.11.	Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015.....	75
Tabela 8.1.	Profissionais do magistério (docentes e suporte pedagógico) da rede municipal de ensino, 2015.....	77
Tabela 8.2.	Profissionais de apoio à educação da rede municipal de ensino, 2015.....	77
Tabela 9.1.	Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015.....	79
Tabela 9.2.	Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	79
Tabela 9.3.	Despesas com Educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	80
Tabela 9.4.	Indicadores de educação, 2013 – 2015.....	80
Tabela 9.5.	Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00).....	81
Tabela 9.6.	Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015.....	81
Tabela 9.7.	Frota própria de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2015.....	81
Tabela 9.8.	Alunos transportados ao ano, segundo o trajeto, 2013 – 2015.....	81
Tabela 9.9.	Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015.....	82
Tabela 9.10.	Instituições de ensino da rede municipal, 2015.....	83
Tabela 9.11.	Projetos implantados na rede municipal de ensino, por instituição educacional, 2015.....	83
Tabela 9.12.	Parcerias firmadas para o desenvolvimento dos projetos, 2015.....	85

I - APRESENTAÇÃO

Tendo em vista as determinações das Leis Federais 9.394/96 (LDBEN) e 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE), que não somente estabeleceram a obrigatoriedade dos estados e municípios brasileiros a elaborarem os seus planos decenais de educação, mas fixaram prazos para a formalização desses planos, a Secretaria Municipal de Educação elaborou o seu Plano Municipal de Educação – PME em 2015.

Partindo da premissa do PNE, que também orienta que os planos decenais devam ser elaborados coletivamente, foram convidados a participar deste processo, todos os profissionais envolvidos diretamente com a Educação e os demais representantes da sociedade civil organizada do Município e da Administração Pública Municipal.

Conforme encontra-se definido no PNE, também cabe a esse Plano Municipal de Educação a máxima de que as metas e as estratégias definidas para um período de dez anos “somente poderão ser alcançados se o PME for concebido e acolhido como Plano de Estado, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma”.

Desta forma, pode-se afirmar que o PME de Quitandinha constitui-se num planejamento educacional e num instrumento de “poder”, para fazer com que a educação deste Município possa continuar sendo um alicerce do desenvolvimento econômico, cultural e social de toda a sua sociedade.

II - CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Quitandinha pertencente à Região Metropolitana de Curitiba, localiza-se a sudeste do Estado e encontra-se situado na Bacia do Rio Iguaçu. Faz divisa ao norte, com Lapa e Contenda, tendo como divisória o Rio da Várzea e o Rio do Poço; a leste, com Mandirituba e Agudos do Sul, havendo linhas divisórias formadas pelos rios Rio da Várzea e Três Barras; a oeste, com Campo do Tenente, tendo como linha divisória Ribeirão Vermelho; e ao sul, com Piên, tendo como linha divisória, Serra do Doce Grande e o paredão Serra do Campo Novo.



Figura 1. Localização do município de Quitandinha

Fonte: Acesso no *site* <http://pt.wikipedia.org/wiki/Quitandinha>, março de 2015.

A nascente do Rio da Várzea fica na Serra do Mar, no município de Tijucas do Sul. Atravessa os municípios de Agudos do Sul, Mandirituba, Quitandinha e também serve de limite entre os municípios de Rio Negro e Lapa. É um afluente do Rio Negro e é o principal rio que drena o município de Quitandinha que, por sua vez, apresenta um grande número de afluentes.

Além do Rio da Várzea outros rios importantes banham o Município, entre os quais se destacam: Praia Grande, Areia Branca, Anta Magra, Pangaré, Pangarezinho, Água Clara e Ribeirão Vermelho.

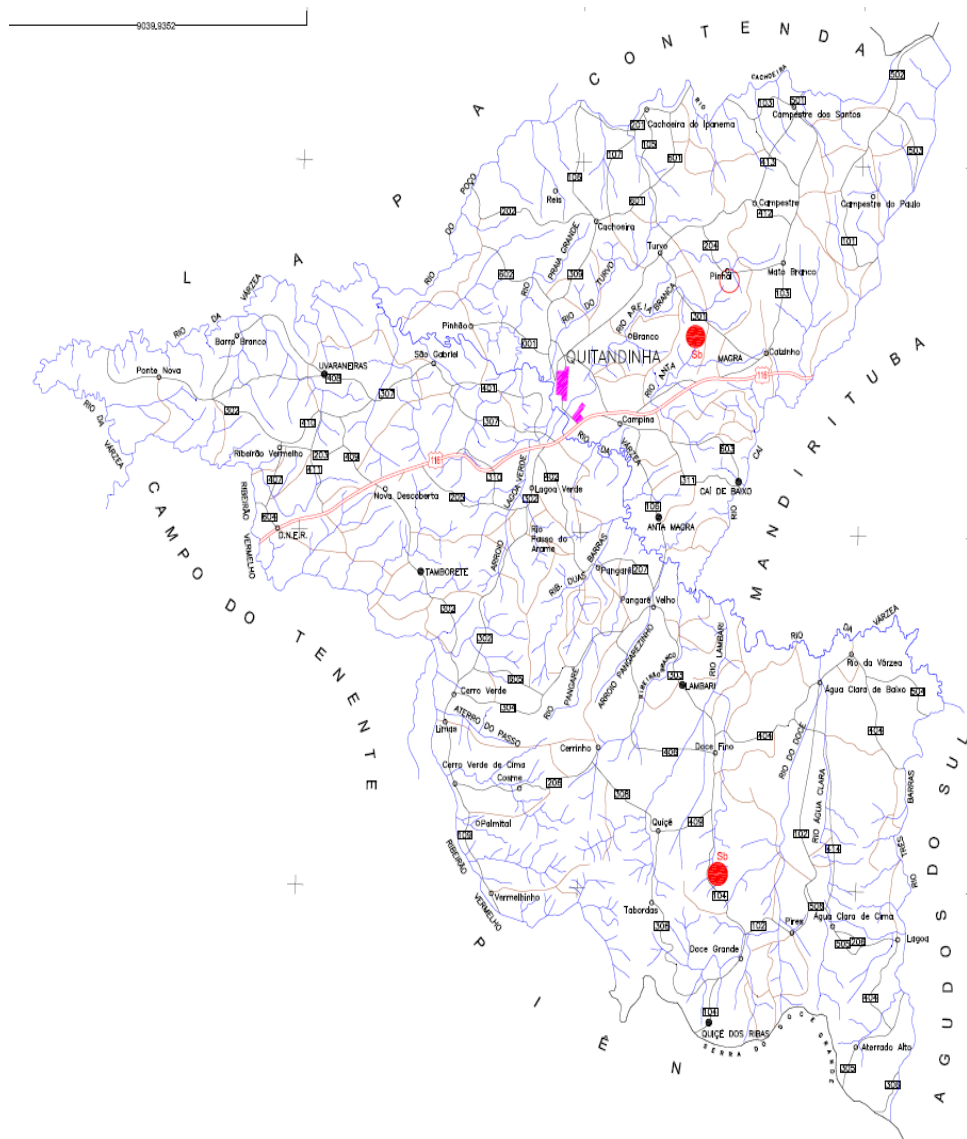


Figura 2. Limites do município de Quitandinha
 Fonte: Prefeitura. Disponível em: <<http://www.quitandinha.pr.gov.br/>>.

Além da sede do Município, integram o seu território os distritos Pangaré e Doce Grande.

O município possui um parque ambiental, localizado no perímetro urbano e adjacente ao Rio da Várzea. O parque foi inaugurado no dia 05 de junho de 1999, Dia Nacional do Meio Ambiente, na gestão do prefeito José Ribeiro de Moura. O parque possui churrasqueiras, trilhas e o Horto Municipal, local onde são produzidas mudas de flores e árvores nativas, utilizados para o paisagismo urbano do Município, bem como para a recuperação ambiental da mata ciliar de arroios e rios da cidade.

Na fauna da floresta, na região do Município, são encontrados roedores (ratos, cutias e pacas), aves ameaçadas de extinção como a gralha-azul e o papagaio-de-peito-rosa, além de inúmeros outros animais como capivara, tatu, cotia e bugio.

O Município sempre teve terras férteis e ricas dos melhores ervais de grande rendimento e qualidade e, provavelmente, foi devido a essa planta que muitos migravam para a região, a fim do seu cultivo, produção e comercialização. Quitandinha apresenta formação vegetal original da Floresta Subtropical Perenifólia (Floresta Ombrófila Mista/Mata de Araucária). Nos pontos de maior altitude, encontram-se grandes extensões de gramíneas rasteiras e, ao longo de rios e córregos, gramíneas de maior desenvolvimento, como o bambu.

2. ASPECTOS HISTÓRICOS

2.1 Origem Histórica

Areia Branca foi o primeiro nome da localidade. Por estar localizado às margens da rodovia federal BR-116, ao longo do tempo o povoado foi recebendo forte fluxo migratório, pois as pessoas gostavam da região e acabavam ficando.

Em 14 de novembro de 1951, pela Lei Estadual nº 790, foi criado o Distrito Administrativo de Areia Branca. Em 1952, quando Contenda foi elevada à categoria de município, com território desmembrado do município de Lapa, Areia Branca era sua principal vila.

Em 13 de junho de 1961, pela Lei Estadual nº 37, com território desmembrado de Contenda e Rio Negro, O Distrito de Areia Branca é elevado à categoria de Município, com instalação em 23 de novembro do mesmo ano.

Até hoje não se sabe de onde ou como surgiu o nome de Areia Branca, antigo nome da atual Quitandinha. Muitos dizem que é devido às areias deixadas nas encostas do Rio da Várzea durante as enchentes, por isso acredita-se que seja esse o motivo da denominação.

2.2 A Concepção do Município

Reinaldo Paolini, morador da localidade de Areia Branca, em viagem ao Rio de Janeiro, hospedou-se com sua esposa no Hotel Cassino Quitandinha, em Petrópolis. O casal ficou tão encantado com a beleza do Hotel Cassino Quitandinha que ao regressarem da viagem, deram ao seu estabelecimento comercial (restaurante e churrascaria) o nome de Restaurante Quitandinha.

Por ocasião do ato da criação do Município, estavam reunidos neste estabelecimento, o Pároco Padre Miguel, políticos e representantes locais, os quais propuseram ao novo município o nome da Churrascaria, surgindo daí o nome de Quitandinha.

Para a construção desse restaurante (churrascaria), em 1958, ficaram sócios Tarquino do Amaral e Reinaldo Paolini. Em 1972, assumem como novos proprietários, os irmãos Donato, e em homenagem a um dos irmãos, foi dado o nome de VDI, ou seja, Vitorino Donato e Irmãos Ltda. Atualmente é um dos restaurantes mais prestigiados da região.

2.3 Etimologia

Quitandinha: palavra formada pelo termo “quitanda”, acrescido do sufixo diminutivo “inha”. O termo “quitanda” origina-se do quimbundo “kitanda”, designando lugar onde se pratica o comércio.

2.4 Primeiros Habitantes de Areia Branca (Quitandinha)

Conforme relatos dos moradores, um dos primeiros habitantes da região foi Bento Dias de Moraes. Na mesma época chegaram as famílias de Ribas, Andrade, Lechinoski, Radulski, e mais tarde, as famílias, Engler, Kfiatkoski, Mordaski, Socek, Zollner, Guieismann, entre outras. A data para esses acontecimentos se deduz em meados do século XIX e com a vinda destes, mais pessoas foram se instalando na região, formando um pequeno povoado.

2.5 Etnia

Quitandinha tem um povo de diversas culturas trazidas pelos seus antepassados, fazendo suas colônias em diversas regiões e mantendo suas tradições e origens, como nos alimentos típicos, nos folclores, vestimentas, religiões, entre tantas outras culturas passadas de geração a geração.

O maior grupo de moradores, no município de Quitandinha, é de origem polonesa, a maioria vinda da região da Lapa e Araucária.

Em algumas comunidades é possível encontrar descendentes de escravos, como as famílias Mandú, alemães, italianos e japoneses.

2.6 Administradores/Partidos Políticos

No ano de criação do município de Quitandinha, houve eleição para prefeito e vereadores. Dois partidos se organizaram e concorreram às eleições: União Democrática Nacional (UDN), que lançou uma chapa com Eleutério Ricardo de Andrade e o Partido Democrático Cristão (PDC), que lançou uma chapa com Aníbal Paolini, ambos candidatos a prefeito. A eleição aconteceu no dia 8 de outubro de 1961, sendo vitoriosa a chapa de Eleutério Ricardo de Andrade.

O partido do PDC elegeu cinco vereadores e o UDN elegeu quatro vereadores. A sessão de posse deu-se no dia 5 de novembro do mesmo ano. A contagem dos votos foi realizada na Lapa, Comarca a que Quitandinha pertencia.

Na época, os vereadores não eram remunerados, e não havia cargo de vice-prefeito. No fim do mandato, uma lei autorizou a Câmara a eleger o vice-prefeito, o qual deveria ser um dos vereadores. Foi eleito o vereador Valdevino Baptista Ribas, tendo assumido a sua vaga, João Bartolomeu Ferreira. Por questão de saúde, o vereador Alcides Ançay renunciou ao cargo, assumindo o suplente Joaquim Chiniski.

Quadro 1. Prefeitos e vereadores que governaram o Município de 1961 até 2013

	<p>Eleutério Ricardo de Andrade</p> <p>Primeira Gestão (1961-1965) Vice-Prefeito: Waldevino Baptista Ribas Vereadores: (PDC) José Steffel Filho, João Santana Pinto, Horácio Gonçalves do Vale, Henrique Germano Czek, Waldevino Baptista Ribas; (UDN) Francisco Socek, João Maria Prado, Valdomiro Hass e Alcides Ançay. Quase no fim do mandato João Bartolomeu Ferreira (PDC) assumiu a vaga do vereador Waldevino Baptista Ribas o qual foi convidado a ser vice-prefeito.</p> <p>Eleutério Ricardo de Andrade nasceu no dia 02 de setembro de 1933, no município da Lapa. Filho de Eleutério Fernandes de Andrade e de Apolônia Jacomel Andrade. Casou com Tereza Mordaski e tiveram cinco filhos: Edson Elí Andrade, Elio Ricardo Andrade, Enio Ricardo Andrade, Élcio L. Andrade e Eliane T. Andrade. Antigo comerciante no município, desde a “Comercial Areia Branca”. Ainda muito jovem ingressou na política sendo eleito vereador pelo município de Contenda e em Quitandinha foi prefeito nas eleições de 1961 e depois em 1972. Na sua trajetória política priorizou a pavimentação de estradas, integração da telecomunicação com o posto telefônico, construção de escolas, adquiriu ambulância para Assistência Médica Hospitalar, entre outros benefícios para a comunidade. Para adquirir a primeira máquina motoniveladora fez um empréstimo junto aos agricultores de onze mil cruzeiros, o qual foi pago pelo prefeito seguinte. Teve convívio bom com a população, pois tinha comércio tendo assim conhecimento no meio rural.</p> <p>Quarta Gestão (1973 a 1976) Vice-Prefeito: José Czelusniak Filho Vereadores: (Aliança Renovadora Nacional - ARENA) Antônio Dalke, Estanislau Soczek, Francisco Socek, João Maria Prado, Agnaldo Ançay, Floriano Mika, Urbano Piontkievic; (Movimento Democrático Brasileiro - MDB) Juvenal Pinto de Andrade, Arnaldo Ribas da Cruz. João Maria Ferreira do Vale substituiu Arnaldo Ribas da Cruz.</p>
---	--



José Stefel Filho

Segunda Gestão (1966 a 1969)

Vice-Prefeito: Abílio Alves da Rocha

Vereadores: (UDN) Benedito Alves Ribeiro, Domingos Piontkiewicz, Francisco Lechinoski, João Maria Prado; (Partido da República - PR) Juvenal Pinto de Andrade, Francisco Socek, João da Silva Freitas, Tobias da Silva Freitas e Waldevino Baptista Ribas, que substituiu Francisco Lechinoski durante licença para candidatura a prefeito.

José Stefel Filho, natural de Araucária, nasceu no dia 01 de setembro de 1918. Filho de José Stefel e Maria Stefel, foi lavrador, motorista e comerciante. Casou-se com Emília Stefel, de cujos laços nasceram três filhos: Jucélia, Jucileia e Jucelino. Ingressou na política em 1960, quando disputou como candidato a vereador de Contenda, pela legenda UDN. Com a criação do município de Quitandinha concorreu novamente ao cargo de vereador vindo assim a compor a primeira mesa da Câmara de Vereadores. Em 1965, foi eleito prefeito do Município. Durante sua administração política priorizou obras voltadas para infraestrutura, construiu o prédio próprio da municipalidade, onde funciona a Câmara Municipal, promoveu a implantação da Unidade Municipal de Cadastramento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instalou a Junta de Serviço Militar e criou a Agência de Correio. No setor da saúde pública construiu moderna Unidade Sanitária, firmando convênio com a Secretaria de Saúde Pública. Na educação construiu casas escolares em algumas localidades. No plano rodoviário construiu pontes e bueiros. No ano de 1981, mudou-se para o município de São Mateus do Sul, onde continuou sua atividade no ramo do comércio de erva-mate, até 1985. Faleceu em 22 de dezembro do mesmo ano.



Francisco Lechinoski

Terceira Gestão (1970 a 1972)

Vice-Prefeito: Aníbal Paolini

Vereadores: (ARENA) João Santana Pinto, Acelino Ribas Pinto, Benedito Alves Ribeiro, Domingos Piontkievic, João Silva Freitas, Tobias da Silva Freitas Filho, Francisco Socek, João Maria Prado, José Mika.

Quinta Gestão (1977 a 1982)

Vice-Prefeito: Anatólio Lipinski

Vereadores: (ARENA) João Domingos de Oliveira, Antônio Dalke, Estanislau Socek, Urbano Piontkievic, Aristides Guimarães Ribas, João Maria Prado; (MDB) Eugênio Augusto Fetzer, Jorge da Silva Freitas, Wilson Hasselmann.

Francisco Lechinoski, filho de Salvador Lechinoski e de Verônica Lechinoski, natural de Catanduvas, nasceu no dia 18 de novembro de 1902, na cidade da Lapa. Casado com Flora Jargas e tendo como filho Carlos Lesinhoski. Exerceu as funções de inspetor municipal e policial, agente municipal e presidente da Associação Rural. Foi proprietário de uma Serraria bem instalada, dotada de maquinários modernos, de uma venda e de uma vasta extensão de terras cuja intenção era de povoar o lugar. Fez diversas doações em terrenos onde atualmente se encontram a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), posto de saúde, campo de futebol, Telepar, Casa das Irmãs, entre outros com o intuito de ver o crescimento do Município. Jovem ainda, já começava a trabalhar em campanhas políticas para outros candidatos. Ingressou na política em 1949, como vereador na cidade da Lapa. Em 1952 e 1964, elegeu-se vereador de Contenda; em 1960, foi prefeito de Contenda; no ano de 1965, vereador de Quitandinha; em 1969 e 1976, foi eleito prefeito de Quitandinha. Na sua trajetória política a meta sempre foi as estradas: abertura, melhoria e ensaibramento. A Rua Sá Ribas foi obra de seu primeiro mandato, construção do novo cemitério, da ponte sobre o Rio da Várzea e da praça da igreja matriz, construiu a outra pista da avenida, entre outras importantes obras. Faleceu no dia 27 de julho de 1998.

Anatólio Lipinski

Sexta Gestão (1983 a 1988)

Vice-Prefeito: Eridon da Cunha

Vereadores: (Partido Democrático Social - PDS)

Sinésio Batista dos Santos, Antônio Dalke, Wilson Hasselmann, Ilson José Redivo, Jurandir Ribas;

(Partido do Movimento Democrático Brasileiro -

PMDB) Hilário Gonçalves do Vale, José Santana Pinto,

Eugênio Augusto Fetzer, Jorge da Silva Freitas.

Oitava Gestão (1993 a 1996)

Vice- Prefeito: Jorge da Silva Freitas.

Vereadores: (PMDB) Aníbal de Almeida, Valdir Ribas da Cruz, Josias da Rocha e Eugênio Augusto Fetzer;


(Partido Social Trabalhista - PST) José Adir da Cruz,

(Partido da Frente Liberal - PFL) Adão Kusdra e

Aluísio Ribeiro; **(PST)** Antônio Lemos, João Batista Ribas.

Anatólio Lipinski, filho de Alexandre Lipinski e Carolina Lipinski, é natural de Curitiba. Nasceu no dia 18 de maio de 1940. Formado em Técnico em Contabilidade pelo Colégio Bom Jesus de Curitiba. Casado com Marli Lipinski, tiveram três filhos: Charles, Caroline e Cristiane.



	<p>Em 1970, chegou em Quitandinha e trabalhou na Prefeitura como secretário na gestão do prefeito Francisco Lechinovski e na gestão do prefeito Eleutério Rua Andrade, no setor de tributação. Ingressou na política em 1976, como vice-prefeito e em 1982 e 1992, foi eleito prefeito com o slogan: União, Trabalho e Respeito. Na sua trajetória política priorizou a educação desde a época do Mobral, Projeto Rondon, Criação do 2º grau, construções de escolas no interior, construção do prédio do Centro de Treinamento Profissional de Quitandinha (CETEQUI), aquisição do atual prédio da Prefeitura, transporte escolar, apoio ao atletismo, intensificou a abertura e conservação de estradas.</p>
	<p>João Santana Pinto</p> <p>Sétima Gestão (1989 a 1992) Vice-Prefeito: Hilário Gonçalves do Vale. Vereadores: (Partido Liberal - PL) José Ribeiro de Moura; (PDS) Jurandir Ribas; (PMDB) Antônio Dalke; (PFL) Antônio Pedro Machoski; (PDS) Ilson José Redivo e José Steff de Andrade; (PMDB) Jorge Przybylok, Ivo Alceu Gonçalves do Vale e Eugênio Augusto Fetzer. Adão Kusdra assumiu na licença do vereador Ilson José Redivo.</p>
	<p>João Santana Pinto é natural da comunidade do Pangaré, nasceu no dia 17 de junho de 1925. Filho de Christino Barbosa Pinto e Maria Pedroso Santana. Em 1946, serviu o Exército Nacional na 5ª Companhia de Intendência Regional. Casou-se com Alice Munhoz Ribas e tiveram 10 filhos: Maria de Jesus, José, Zenir Terezinha, Cristino, Gabriela Leoni, Olinda do Carmo, Custódio, Alice Maria, João Maria e Irene Aparecida. Sua história na cidade é longa. Iniciou sua carreira como professor em 5 de abril de 1948. Anos depois assumiu o cargo de professor municipal e em 30 de junho de 1950, acabou sendo nomeado como professor estadual, cargo que exerceu por mais de 30 anos. Ingressou na política em 1961, como vereador. Em 1989, foi prefeito municipal. Em 1997 e 2005, foi eleito vice-prefeito. Escreveu livros sobre Quitandinha. Em sua trajetória política priorizou a educação e assistência social.</p>



José Ribeiro de Moura

Nona Gestão (1997 a 2000)

Vice-Prefeito: João Santana Pinto

Vereadores: **(PFL)** Valfrido Eduardo Prado, Adão Kusdra e Jurandir Ribas; **(Partido Trabalhista Brasileiro - PTB)** Valdemiro Rodrigues, Antônio Lemos e Josias da Rocha; **(Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB)** Pedro Gilson Ribas; **(Partido Progressista Brasileiro - PPB)** Henrique Wojcikiewicz. Antônio da Silva assumiu na licença do vereador Valfrido Eduardo Prado.

José Ribeiro de Moura. Filho de João Ribeiro de Moura e Maria de Lurdes Ribeiro de Moura. Nasceu no dia 22 de abril de 1949, natural de Quitandinha. Ingressou no exército e cursou a escola regimental, posteriormente fez curso de cabo e foi graduado em 1970. Casou com Benedita de Jesus Mendes de Moura e tiveram quatro filhos: Josiane Mendes de Moura Weiss, Jackson José Mendes de Moura, José Ribeiro de Moura Junior e Jéssica Maria Mendes de Moura. Ingressou na política em 1984, como suplente de vereador, em 1988, foi eleito vereador e em 2005, prefeito municipal. Trabalha como agricultor. Na sua trajetória política priorizou a agricultura e educação, porém se preocupava com o desenvolvimento industrial do Município.



Charles Lipinski

Décima Gestão (2001 a 2004)

Vice-Prefeito: Jurandir Ribas

Vereadores: **(PFL)** Pedro Gilson Ribas, Francisco Pinheiro Lemos e Valfrido Eduardo Prado; **(PPB)** José Wosniak Ribeiro e Antônio Loir Esconiscki; **(Partido Popular Socialista - PPS)** Osmar Cardoso Rolim; **(PMDB)** João Acir Alves dos Santos e Antônio de Jesus Nenemann; **(PTB)** João Eduardo Negrelli.

Charles Lipinski, filho de Anatólio Lipinski e Marli Lipinski, nasceu no dia 30 de agosto de 1966, é natural de Curitiba. Formado em Administração. Casado com Iracema Aparecida Piontkievic tem dois filhos: Bárbara Lipinski e Caio Lipinski. Ingressou na política nas eleições de 2000, como primeiro prefeito do século XXI. Na sua trajetória política, na área da saúde, fez convênios com diversos órgãos, com o hospital e implantação de "Raio X"; na Ação Social criou o Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar), a serigrafia, panificadora e a Casa de Passagem Flora Lechinovski; na educação, criou o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal; instituiu o Programa de Garantia da Renda Mínima associado ao Bolsa Escola; convênio com os correios; construção de quadras; convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); fez cessão de uso

	<p>das entidades escolares desativadas; na cultura realizou a Festa do Produtor; com a Secretaria de Turismo, criou o Conselho Municipal de Turismo e o Inventário Turístico do Município junto ao Instituto de Desenvolvimento TUIUTI; criação do Museu; na agricultura fez convênio com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o secador de grãos e beneficiamento de produtos; Terminal Rodoviário José Stefell Filho; no esporte, construção do Ginásio de Esportes Hilário Gonçalves do Vale e Festival de Dança; realizou o consórcio intermunicipal para gestão de resíduos sólidos; entre tantos outras benfeitorias ao Município.</p>
	<p>Valfrido Eduardo Prado</p> <p>Décima Primeira Gestão (2005 a 2008) Vice-Prefeito: João Santana Pinto Vereadores: (PSDB) Aurimar José Steff Rogosvski e Antonio Loir Esconiski; (PMDB) Maria Julia Socek Wojcik e João Acir Alves dos Santos; (Partido Progressista - PP) José Wosniak Ribeiro; (Partido Social Liberal - PSL) Pedro Gilson Ribas e Antônio de Jesus Nenemann; (PL) Marcos Hildebrando Ribeiro Moreira; (PFL) Marcos Elio de Deus Leal. Nesta gestão o suplente Vilmar de Lima substituiu o vereador Antônio Loir Esconiski no período de 06/03/2008 a 31/12/2008 e a suplente Edinete Resner substituiu Antônio de Jesus Nenemann no período de 27/03/2008 a 31/12/2008.</p> <p>Décima Segunda Gestão - reeleito (2009- 2012) Vice-Prefeita: Maria Júlia Soczek Vereadores 2009 a 2012: (PSDB) Aurimar José Steff Rogovski e Osmar Barros Ribas; (PSB) Antônio Loir Esconiski e Marcos Elio de Deus Leal; (PMDB) Alisson Adalberto Paluski e Marcos Aurélio de Andrade Lemos; (PP) Pedro Gilson Ribas e José Vosniaki Ribeiro; (Democratas - DEM) Adão Kusdra. Paulo César de Macedo (PSDB) substituiu por três meses o vereador Aurimar José Steff Rogovski.</p> <p>Valfrido Eduardo Prado nasceu em 26 de julho de 1967. Natural de Quitandinha, é filho de Sebastião Walter Prado e Elfrida Gritten Prado. Formado em Administração Pública e Ciências Contábeis. É casado com Silvia Anderle Prado e tem dois filhos: Eduarda Anderle Prado e Bernardo Anderle Prado. Ingressou na política em 1997, e em 2000, como vereador, em 2005 foi eleito prefeito e reeleito na eleição de 2008. Na sua trajetória política priorizou a educação, conseguiu verbas estaduais para construções de novas escolas, ônibus escolares, pavimentação de ruas, entre tantos outros benefícios ao Município.</p>



Márcio Neri de Oliveira

Décima Terceira Gestão (2013-2016)

Vice-Prefeito: Marcos Aurélio de Andrade Lemos.

Vereadores: (**Partido Social Democrático - PSD**)

Kelli Rocha dos Santos; (**PSB**) Marcos Elio de Deus Leal; (**PP**) Pedro Gilson Ribas; (**PSDB**) Paulo Cesar de Macedo; (**Partido Social Cristão - PSC**) José Alfredo Neto Gonzaga de Oliveira; (**Partido Republicano Brasileiro - PRB**) João Acir Alves dos Santos; (**PR**) Marcos Antônio Karpinski; (**PSC**) Paulo dos Anjos Pereira e (**PMDB**) Alisson Adalberto Paluski. No início do mandato, o suplente Antônio de Jesus Nenemann substituiu o vereador Alisson o qual atualmente exerce o cargo de Secretário de Desenvolvimento Urbano.

Márcio Neri de Oliveira é filho de Mercedes Marli Camargo Oliveira e João Domingos de Oliveira, o popular Janguinho, o qual foi vereador e também atuava pela causa dos menos favorecidos. Casado com Rosana Maria de Oliveira, têm dois filhos: Ruan e Marlon. Destacou-se dentro das funções públicas chegando ao cargo de Secretário de Assistência Social onde atuou junto às famílias mais carentes. Recentemente ocupou o cargo de gerente de Programas Sociais, função essa que tem como objetivo defender as políticas públicas sociais, como programas do governo estadual e federal e que pretende continuar defendendo como prefeito.

Fonte: Livro Quitandinha: origens e formação, de João Santana Pinto. Imprensa Oficial, 1998.

No início, a Prefeitura funcionou no prédio do posto de gasolina de propriedade de Francisco Lechinoski. Nos primeiros quatro anos não havia condições de ter muitos funcionários para compor a administração, então, Benito Bianchini, funcionário do Estado, ficou à disposição do Município.



Figura 3. Foto da Prefeitura – no antigo posto de gasolina

Fonte: Acervo pessoal de Eva Engler e Antônio Engler.

Com a eleição do prefeito José Steffel Filho, a Prefeitura foi transferida para duas peças na residência de Cecília Rocha Steffel. Durante sua gestão,

também foi construído o prédio para a Prefeitura e inaugurado em 30 de março de 1969. Atualmente (2015), a Prefeitura funciona no prédio onde antigamente funcionava o Banco do Brasil.

2.7 Símbolos Municipais

Os símbolos do Município foram instituídos pela Lei nº 52, de 08 de junho de 1976, na administração do prefeito Eleutério Ricardo de Andrade. São considerados símbolos do município de Quitandinha: a Bandeira, o Hino e o Brasão de Armas.

A Bandeira Municipal destina-se principalmente às repartições públicas, inclusive escolas e entidades autárquicas. Mede 14 módulos de altura por 20 módulos de comprimento do retângulo, terciada em pala, sendo de amarelo ouro, como na Bandeira Nacional Brasileira, as palas de flanco, e de vermelho, a pala central, carregada de um quadrilátero regular, de branco centrado, cujos lados são iguais e medem cinco módulos. Sobre o quadrado é aplicado o Brasão de Armas do Município.



Figura 4. Bandeira Municipal

Fonte: Prefeitura. Disponível em: <<http://www.quitandinha.pr.gov.br/>>.

O Brasão de Armas brasona-se da seguinte maneira: o Escudo Português redondo, de ouro, banda de vermelho entre dois escudetes vermelho adaptados, nas peças fundamentais, o das armas dos Andrades segundo a genealogia portuguesa e brasileira, e as peças diminutas, a sinistra do chefe, as armas dos Oliveiras, por opção, segundo a genealogia luso brasileira, e a destra da ponta, as armas da primitiva República da Polônia, carregada sua peça fundamental em preto ou sable do tema celular da quinta sinfonia em dó menor, ópus 67, de Ludwig Van Beethoven.

Como ornamentos, no timbre, uma coroa mural de prata de seis torres ameadas e sua porta cada uma, sendo quatro a vista em perspectiva no desenho. Aplicado sobre a muralha, entre as torres centrais, um escudete verde carregado com a imagem do Senhor Bom Jesus, orago da cidade.



Figura 5. Brasão de Armas

Fonte: Prefeitura. Disponível em: <<http://www.quitandinha.pr.gov.br/>>.

Como suporte no flanco destro, ramos de pinheiro brasileiro (*Araucária Brasiliensis*), de imbuia e de erva mate entrelaçados. Ao natural e no flanco sinistro, ramos de trigo e batata inglesa frutados, de sua cor, entrelaçados e todos entrecruzados em ponta sobre os quais se sobrepõe um listel de prata, contendo inscritas de vermelho as datas “13 de junho de 1961” e o topônimo “Quitandinha”.

O Hino Municipal compõe-se de letra do professor João Santana Pinto e música do maestro Sebastião de Lima, composta para piano e banda. O Hino foi escrito e oficializado no 15º aniversário de Quitandinha:

Quitandinha, cidade tão bela,
Tu és aquela comuna sem par.
Já nasceste formosa e cadente
Estrela fulgente no céu a brilhar;
Despontaste no firme horizonte
Vale e monte sem joio e sem fel
És maná que alimenta o faminto
Em teu seio eu sinto a doçura do mel.

Estrilho: Quitandinha, és célula viva
Que a todos cativa
Num santo ideal
Conduz o teu povo solene
Na luta perene
Sem sombras do mal.

É teu solo tão rico e fecundo
Novo mundo que Deus abençoou
Tuas águas tão límpidas e finas
São joias divinas que a fonte jorrou
O teu povo, Leal, sobranceiro
Altaneiro, com tanta afeição

Traz consigo qual lema da vida
Lutar sem guarida, viver pelo irmão.

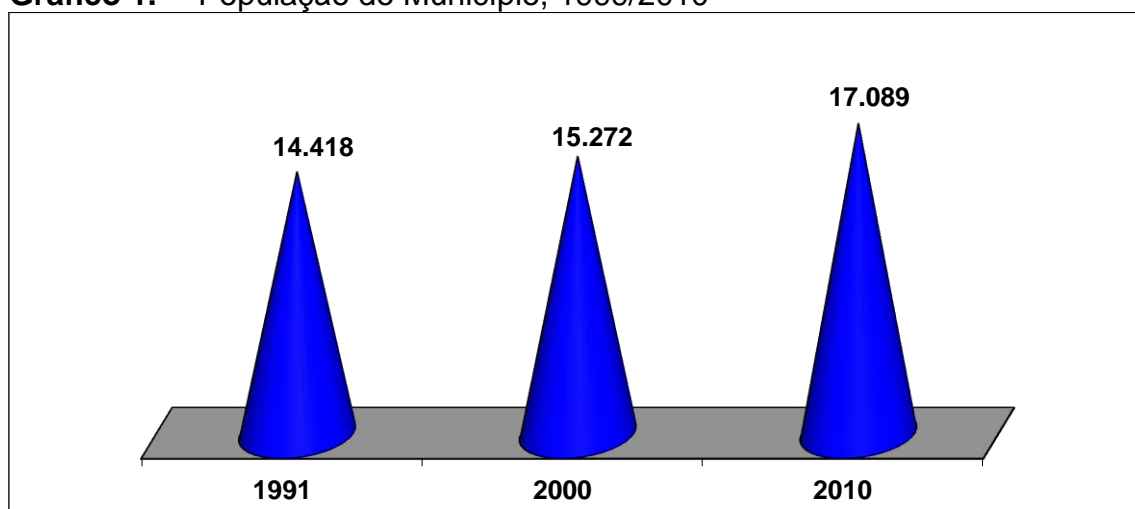
Estrilho: Quitandinha, és célula....

3. ASPECTOS POPULACIONAIS

Entre 1991 e 2000, a população do Município cresceu a uma taxa média anual de 0,64%. Na década, a taxa de urbanização do Município passou de 17,17% para 19,94%.

Entre 2000 e 2010, a população de Quitandinha cresceu a uma taxa média anual de 1,13%. Nesta década, a taxa de urbanização do Município passou de 19,94% para 28,60%. Em 2010 viviam, no município, 17.089 pessoas.

Gráfico 1. População do Município, 1999/2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censos da população.

Tabela 1. População total, por gênero, rural/urbana – Quitandinha, 1991/2010

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	14.418	100,00	15.272	100,00	17.089	100,00
Homens	7.460	51,74	7.989	52,31	8.837	51,71
Mulheres	6.958	48,26	7.283	47,69	8.252	48,29
Urbana	2.476	17,17	3.046	19,94	4.887	28,60
Rural	11.942	82,83	12.226	80,06	12.202	71,40

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP).

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no Município passou de 58,28% para 48,17% e a taxa de envelhecimento, de 5,73% para 8,10%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 72,59% e 5,08%.

Tabela 2. Estrutura etária da população de Quitandinha, 1991/2010

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	5.331	36,97	5.666	37,10	4.171	24,41
15 a 64 anos	8.354	57,94	8.731	57,17	11.533	67,49
65 anos ou mais	733	5,08	875	5,73	1.385	8,10
Razão de dependência	72,59	-	58,28	-	48,17	-
Índice de envelhecimento	5,08	-	5,73	-	8,10	-

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O Parque Industrial de Quitandinha está situado na BR-116, a 55 quilômetros de Curitiba e a três quilômetros da sede do Município. Uma das políticas administrativas do Município é o incentivo de novas indústrias se instalarem e com isso gerar empregos e renda.

Quitandinha além de ter um Parque Industrial estruturado, legalizado e com ótimas condições, é próxima à capital do estado, do Aeroporto Afonso Pena e do Porto de Paranaguá. O Parque tem área total de 391.548,00 metros quadrados. Antes a área do Parque era considerada como rural, situação esta que dificultava a instalação de novas empresas fato de não ter a possibilidade de desmembramento da área. Atualmente (2015), a área é considerada como urbana, sendo dividida em quatro quadras com suas respectivas ruas.



Figura 6. Foto aérea do Parque Industrial

Fonte: Prefeitura. Disponível em: <<http://www.quitandinha.pr.gov.br/>>.

Tabela 3. Número de estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas, 2013

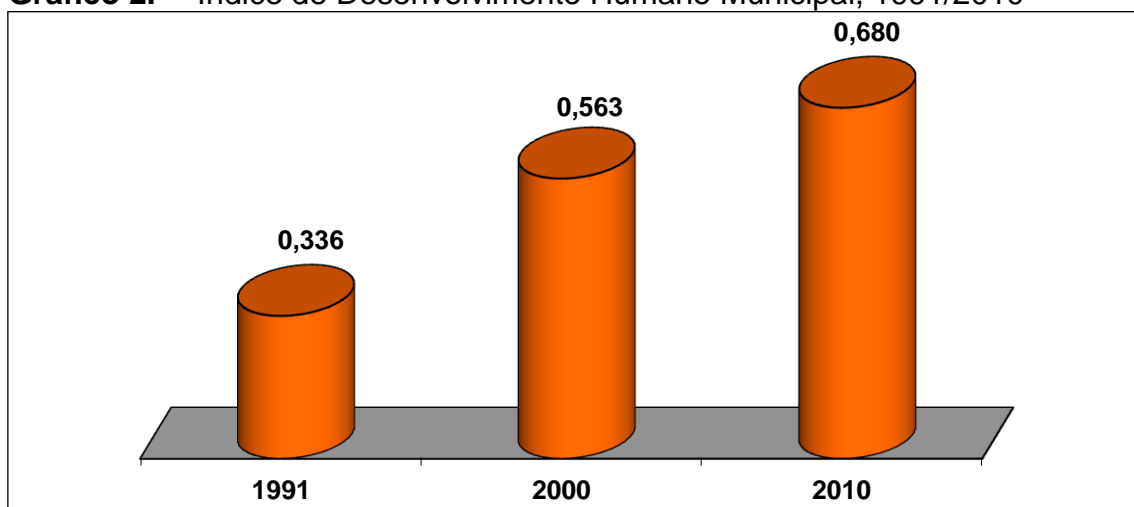
Atividades Econômicas	Estabelecimentos	Empregos
INDÚSTRIA	30	223
Extração de minerais	3	15
Indústria de Transformação	27	208
Indústria de produtos minerais não metálicos	4	16
Indústria metalúrgica	3	5
Indústria do material elétrico e de comunicações	1	2
Indústria do material de transporte	1	2
Indústria da madeira e do mobiliário	6	70
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1	4
perfumaria, sabões, velas e matérias plásticas		
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	3	13
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	2	1
	6	95
CONSTRUÇÃO CIVIL	20	28
COMÉRCIO	90	396
Comércio varejista	68	312
Comércio atacadista	22	84
SERVIÇOS	58	732
Instituições de crédito, seguros e de capitalização	3	22
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividade econômica	5	14
Transporte e comunicações	19	67
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	24	57
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	2	10
Ensino	2	16
Administração pública direta e indireta	3	546
AGROPECUÁRIA (Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca)	29	66
TOTAL	227	1.445

Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - Cadernos Estatísticos, março de 2015.

De 1991 a 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Município passou de 0,336, em 1991, para 0,680, em 2010. Isso implica em uma taxa de crescimento de 102,38%; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 48,19% para o Município.

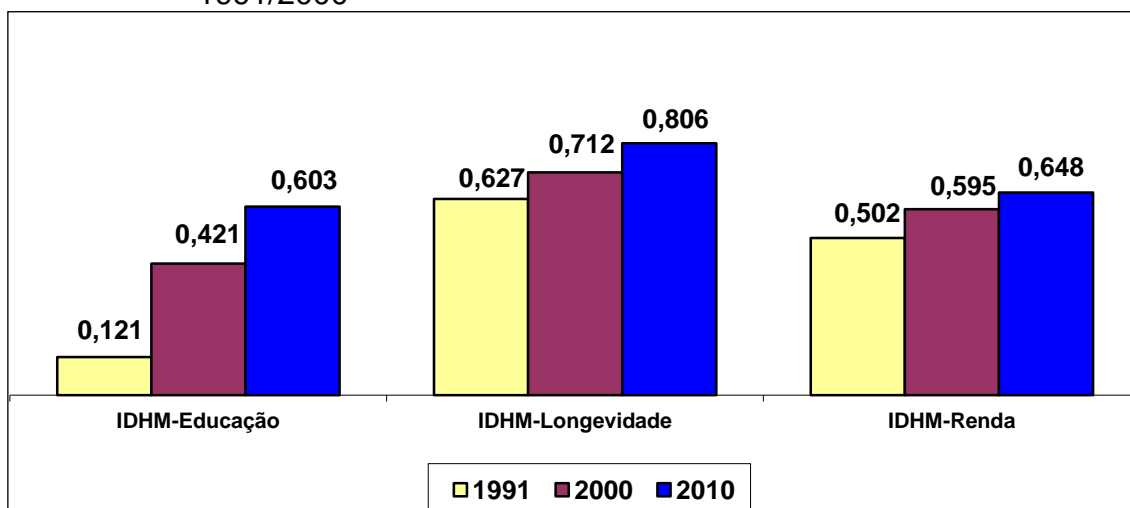
A dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,482), seguida por Longevidade e por Renda.

Gráfico 2. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2010



Fonte: IPARDES – Cadernos Estatísticos, março de 2015.

Gráfico 3. Dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991/2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010.) Acesso no *site* <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking>. Elaborado pela Consultoria.

5. ASPECTOS CULTURAIS

A Festa do Produtor Rural é realizada na Praça da Bíblia, na semana do dia 13 de junho, onde se comemora o aniversário do Município, é um dos eventos mais tradicionais do Município. A Prefeitura sempre prepara este evento com uma programação recheada de atividades e atrações musicais.

Desde 1860, Quitandinha tem como padroeiro o Senhor Bom Jesus da Cana Verde. Portanto, há mais de 150 anos é o patrono desta região e a festa em comemoração a ele é comemorada com muito fervor por todos os paroquianos no dia da Transfiguração do Senhor (dia 06 de agosto), sendo feriado municipal. Na festa, que é realizada no salão paroquial da Igreja Matriz, mais de 100 voluntários trabalham nos “bastidores”, para que seja realizada da melhor maneira possível.

A Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus da Cana Verde juntamente com a Prefeitura Municipal, realizam no mês de dezembro o Natal Luz. O primeiro realizou-se entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011. A festividade acontece na Praça da Bíblia e conta com centenas de pessoas, inclusive dos municípios vizinhos. Há apresentações das escolas, de igrejas, teatros, bandas locais e regionais, a chegada do Papai Noel e a celebração da Santa Missa.

Atualmente muitos são os jogos realizados no Estádio Municipal Francisco Lechinoski, no centro da cidade. Os esportes mais praticados são o futebol e o futsal, tendo o tradicional Campeonato Municipal de Futebol da 1ª Divisão, disputado por cerca de dez equipes, e também o Campeonato da 2ª Divisão, disputado por cerca de 16 equipes. As principais são: o Independente, Doce Fino, Vasco, Nacional, Cerro Verde, Doce Grande, Vista Alegre, Campina, Praia Grande, Salso, Aventureiros, Turvo, Caí, Ribeirão Vermelho, Sport Club Matão, TLC e Pangaré.

Outra opção bastante praticada pelos desportistas locais é o futsal, no Ginásio de Esportes Hilário Gonçalves do Vale, onde é disputado o Campeonato Municipal idade livre, veterano e feminino. Outra competição bastante concorrida é a Copa Jacob Train, que envolve equipes de outros municípios da região e também da Capital, a qual é disputada nas categorias, livre, veterano e feminino.

Há cerca de três anos foi criada a liga desportiva da Associação dos Municípios da Região Sudeste do Paraná (Amsulep), que envolve equipes que disputam campeonatos de futebol e futsal, envolvendo os municípios da região. Também são disputadas outras competições envolvendo esportes como vôlei, vôlei de areia, bocha e basquete.

O Município também está bem representado por atletas que participam das maratonas desenvolvidas nos municípios da região, em outros estados e também na São Silvestre, conquistando excelente resultados e premiações. Têm-se dois representantes com expressiva participação em corridas: Azito Teles de Menezes, 68 anos, que há mais de dez anos participa de diversas categorias como em corridas de 42 quilômetros, 21 quilômetros e com especialidade em 10 quilômetros; e José Figura, também de 68 anos, há muitos anos participa das corridas de 21 quilômetros.

Em Quitandinha, há doze anos acontece o Festival Intermunicipal de Dança promovido pela Secretaria de Educação, Esportes e Cultura no Ginásio de Esportes Hilário Gonçalves do Vale. O evento é realizado no mês de outubro e movimenta durante todo o dia competidores do município e região nas dez categorias da competição, sendo considerado um absoluto sucesso.

O Museu Histórico e Artístico de Quitandinha foi criado pela Lei Municipal nº 267, de 10 de dezembro de 1992, na gestão do prefeito João Santana Pinto. O Museu está instalado na rua do Expedicionário e contém mais de 100 peças devidamente catalogadas e registradas em livro próprio. Em cada peça encontra-se uma ficha contendo os dados sobre a mesma.

Em 1996, foi criada a Rádio Comunitária de Quitandinha, e em 22 julho de 2001, por meio de legislação estadual, foi liberado o funcionamento de uma rádio pertencente à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quitandinha. Instalada em uma garagem atrás do hospital, possui uma antena de 30 metros. O programa mais antigo da rádio é “Quando os Ponteiros Apontam para o Infinito”, que é apresentado pelo idealizador da rádio Urbano Piontkievicz.

A Biblioteca Pública Municipal de Quitandinha foi criada de acordo com a Lei 36, de 13 de fevereiro de 1975, na gestão do prefeito Eleutério Ricardo de Andrade. Começou a atender a comunidade em 28 de setembro de 1979, com um acervo de 1.420 livros. Atualmente foi construído um prédio próprio denominado “Biblioteca Cidadã de Quitandinha” que terá atendimento a comunidade em geral, com acesso a internet, sala de reuniões e atendimento especial à educação infantil.

Visando trazer mais integração e uma melhor qualidade de vida às pessoas idosas, surgiu o Grupo Conviver da terceira idade. O grupo conta com 156 cadastrados, com faixa etária entre 55 a 80 anos. Os encontros com o grupo são realizados toda quarta-feira onde participam de atividades físicas, trabalho artesanal e o tradicional baile. Também são realizados mensalmente diversos passeios em outros municípios vizinhos, onde acontece a interação dos mesmos.

6. ASPECTOS EDUCACIONAIS

Em 1996, o Município contava com 34 unidades escolares, as quais possuíam turmas bi e multisseriadas, ou seja, várias séries em uma única sala de aula e horário. Eram muitas as dificuldades encontradas, pois existiam muitas salas de aulas espalhadas pelo interior do Município, de difícil acesso e de acompanhamento pedagógico e muitas escolas não possuíam serventes ou merendeiras.

Visando promover a qualidade de ensino de 1ª a 4ª séries, através de classes unisseriadas, em 1998, a Secretaria Municipal de Educação fez a nuclearização das escolas e gradativamente, das 34 escolas foram centralizadas, totalizando em 2000, um total de nove escolas. Atualmente (2015), a rede física é composta por um total de sete instituições municipais. Com isto houve mais disponibilidade de recursos didáticos e acompanhamento pedagógico, qualidade da merenda escolar, melhor aplicação dos recursos humanos, organização e adequação da documentação escolar, reformulação e implantação do plano curricular e também do contraturno escolar.

A educação básica é ofertada atualmente (2015) no Município por:

- sete escolas municipais (que ofertam a educação infantil - pré-escolar e os anos iniciais do ensino fundamental);
- dois Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs);
- sete instituições estaduais;
- duas instituições privadas: a Escola Alice Santana Pinto, mantida pela APAE, e a Escola Divina Misericórdia.

Na educação superior, o Município conta com o Centro Universitário Uninter (Polo de Apoio Presencial de Quitandinha).

Tabela 4. Instituições de educação básica existentes no Município, 2015
(continua)

Instituição de ensino	Rede de Ensino	Localização	Prédio	
			Ano de Funcionamento	Situação
Centro Municipal de Educação Infantil Esperança do Amanhã	Pública	Campina	2011	Próprio
Centro Municipal de Educação Infantil João Ribeiro de Moura	Pública	Sede	1997	Próprio
Colégio Estadual do Campo Doce Fino - Ensino Fundamental e Médio	Pública	Doce Fino	1990	Próprio
Colégio Estadual do Campo Doutor Caetano Munhoz da Rocha - Ensino Fundamental e médio	Pública	Pangaré	1987	Próprio
Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski – Ensino Fundamental e Médio	Pública	Sede	1999	Próprio
Colégio Estadual do Campo Monsenhor Miguel José Mickosz – Ensino Fundamental e Médio	Pública	Ribeirão Vermelho	2010	Compartilhado
Colégio Estadual do Campo Professor Paulo Freire – Ensino Fundamental e Médio	Pública	Turvo	1984	Compartilhado
Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade – Ensino Fundamental e Médio	Pública	Sede	1967 1971	Próprio
Escola Alice Santana Pinto – Educação Infantil e Ensino Fundamental, modalidade de Educação Especial	Privada	Sede	13/06/1995	Próprio
Escola Divina Misericórdia - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Privada	Engenho Velho (Sede)	06/01/2007	Alugado

Tabela 4. Instituições de educação básica existentes no Município, 2015
(encerra)

Instituição de ensino	Rede de Ensino	Localização	Prédio	
			Ano de Funcionamento	Situação
Escola Estadual do Campo Lagoa Verde – Ensino Fundamental	Pública	Lagoa Verde	2000	Compartilhado
Escola Municipal Bom Jesus - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Pública	Turvo	1983	Compartilhado
Escola Municipal Padre Antônio - Ensino Fundamental	Pública	Engenho Velho (Sede)	1991	Próprio
Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Pública	Pangaré	1976	Compartilhado
Escola Rural Municipal Leonor Moura de Andrade - Ensino Fundamental	Pública	Campina	13/08 1997	Próprio
Escola Rural Municipal Miguel Lecz - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Pública	Lagoa Verde	1981	Próprio
Escola Rural Municipal São João - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Pública	Ribeirão Vermelho	1990	Próprio
Escola Rural Municipal Vilson Hasselmann - Educação Infantil e Ensino Fundamental	Pública	Doce Grande	1991	Próprio

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

A maioria das escolas possui estrutura física e materiais adequados, os professores e demais trabalhadores da educação têm formação adequada e buscam maior qualificação sempre que possível.

O espaço físico escolar possui grande importância para os alunos e professores, uma vez que este é o cenário diário de estudos, discussões, debates, reflexões, convívios sociais e de lazer. Por isso, a Secretaria Municipal de Educação está em constante busca de melhorias, tanto no ambiente escolar, quanto nas inovações tecnológicas para um bom funcionamento e desenvolvimento da instituição de ensino como um todo.

A tabela a seguir mostra, por instituição de ensino, alguns dados sobre a infraestrutura, tais como a existência ou não de biblioteca, refeitório, laboratório de informática, quadra de esportes, parque infantil (para aquelas instituições que ofertam a educação infantil) e quais instituições possuem acessibilidade em sua estrutura física.

Tabela 5. Infraestrutura das instituições de educação básica existentes no Município, 2015

Instituições de Ensino	Infraestrutura					
	Quadra de Esportes	Parque Infantil	Refeitório	Laboratório de Informática	Biblioteca	Acessibilidade
Centro Municipal de Educação Infantil Esperança do Amanhã	X	X	-	-	-	-
Centro Municipal de Educação Infantil João Ribeiro de Moura	-	X	-	-	-	X
Colégio Estadual do Campo Doce Fino	X	-	-	X	X	X
Colégio Estadual do Campo Doutor Caetano Munhoz da Rocha	X	-	-	X	X	X
Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski	X	-	-	X	X	X
Colégio Estadual do Campo Monsenhor Miguel José Mickosz	X	-	-	X	X	X
Colégio Estadual do Campo Professor Paulo Freire	X	-	-	X	X	X
Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade	X	-	X	X	X	X
Escola Alice Santana Pinto	X	-	X	-	-	X
Escola Divina Misericórdia	-	X	X	-	X	-
Escola Estadual do Campo Lagoa Verde	-	-	-	X	X	X
Escola Municipal Bom Jesus	X	-	-	-	X	-
Escola Municipal Padre Antônio	X	-	X	X	X	X
Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel	-	-	-	-	X	-
Escola Rural Municipal Leonor Moura de Andrade	X	-	-	X	X	-
Escola Rural Municipal Miguel Lecz	-	-	-	-	-	X
Escola Rural Municipal São João	X	-	X	-	X	-
Escola Rural Municipal Vilson Hasselmann	-	-	-	-	X	-

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Quanto à frequência escolar, no Município, a proporção de crianças de cinco a seis anos na escola era de 82,83%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 94,83%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 73,48%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 54,10%.

Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 62,66 pontos percentuais, 70,37 pontos percentuais, 62,88 pontos percentuais e 50,64 pontos percentuais.

Tabela 6. Dados da frequência escolar, 1991/2010

Dados	1991	2000	2010
% de 5 a 6 anos na escola	20,17%	70,54%	82,83%
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	24,46%	79,30%	94,83%
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	10,60%	59,36%	73,48%
% de 18 a 20 anos com médio completo	3,46%	17,03%	54,10%

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Tabela 7. Comparativo dos dados da frequência escolar, 1991/2010

Data	Quitandinha	Paraná	Brasil
% de 5 a 6 anos na escola	82,83%	90,35%	91,12%
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	94,83%	89,13%	84,86%
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	73,48%	65,58%	57,24%
% de 18 a 20 anos com médio completo	54,10%	48,05%	41,01%

Fonte: PNUD, IPEA e FJP.

Em 2010, 91,52% da população de 6 a 17 anos do Município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000, eram 92,72% e, em 1991, 87,04%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 8,28% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000, eram 0,84% e, em 1991, 0,79%.

Na área da inclusão digital, o Município possui o Telecentro Comunitário, denominado Espaço Cidadão localizado no espaço físico da Biblioteca Cidadã, inaugurado em outubro de 2012 e com início de atividades de atendimento ao público em fevereiro de 2013.

O Telecentro conta com dez computadores com acesso à internet, mantido e conservado por funcionário da Prefeitura, e com suporte técnico da Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos. Seu objetivo principal é trazer oportunidade ao público denominado excluído digital, que não se configuram

apenas em ter neste século um computador físico em sua residência, mas aos que não têm ainda acesso à internet e principalmente a informação e o conhecimento, e que por meio deste espaço possam ter acesso aos diversos serviços on-line e capacitações na metodologia de educação a distância (EAD), tendo assim um melhor preparo para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho.

O Telecentro é utilizado por um público geral com idade acima de cinco anos. O mesmo já ofertou diversos serviços, tais como:

- Curso de Informática Básica Presencial, no qual formou 28 alunos no ano de 2013;
- na metodologia EAD, em parceria com o SENAC, formou mais cinco alunas também em Informática, e dois alunos em Contabilidade Básica. Neste ano de 2015, também o mesmo foi muito usado para pesquisas escolares e de lazer;
- Curso de Informática Presencial por meio de um funcionário mediador formado pelo Sistema Intel Educar e que possui a metodologia do Curso de Informática Básica com Desenvolvimento de Projetos, voltado aos discentes acima de 12 a 16 anos de idade, para que assim possam ter melhor desenvolvimento em suas atividades escolares, formando-se no ano de 2014, apenas oito alunas;
- Em 2014, na metodologia EAD, em parceria com o SENAC, formaram-se quatro alunas no Curso de Excelência em Vendas e 14 alunos no Curso de Contabilidade Básica. Em parceria com o SENAI, formaram-se em torno de 40 alunos nos diversos temas dos Cursos de Competências Transversais;

O Espaço Cidadão também foi usado pelos alunos da pré-escola da sede para treinar digitação de pequenas palavras. Também é muito solicitado para pesquisas escolares e acadêmicas, bem como para o lazer.

A Biblioteca Cidadã e o Espaço Cidadão funcionam em horário comercial e após o mês de fevereiro de cada ano, é utilizado pelo público que trabalha no período noturno, principalmente no interesse de realizar cursos de aperfeiçoamento profissional.

No ano de 2015, as atividades iniciaram-se a partir do dia 10 de março, e já possui 14 alunos, realizando os cursos em parceria com o SENAI, Competências Transversais e quatro alunas aguardando o início dos cursos de Contabilidade Básica e Excelência em Vendas, em parceria com o SENAC, na metodologia EAD.

III - DIAGNÓSTICOS

1. EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Atendimento

Em Quitandinha o atendimento da educação infantil é realizado por oito instituições de ensino como mostram os dados da Tabela 1.1. Destas instituições, sete pertencem à rede municipal de ensino e uma à rede privada.

A necessidade deste tipo de atendimento para as mães que trabalham fora do contexto do lar, a preocupação com a socialização e educabilidade dos filhos e a valorização da educação infantil, vem gerando a cada ano, um aumento considerado da demanda, o que implica na existência de crianças em lista de espera.

Tabela 1.1. Instituições de ensino que ofertam a educação infantil, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos por faixa etária		Turnos	Número de vagas oferecidas	Demanda reprimida
	0 a 3 anos	4 a 5 anos			
CMEI Esperança do Amanhã	81	43	Integral, matutino e vespertino	150	-
CMEI João Ribeiro de Moura	83	134	Integral, matutino e vespertino	217	100
Escola Divina Misericórdia	-	10	Vespertino	20	-
Escola Municipal do Campo Bom Jesus	-	25	Vespertino	25	-
Escola Rural Municipal Miguel Lecz	-	21	Vespertino	25	-
Escola Rural Municipal Vilson Hasselmann	-	39	Vespertino	50	-
Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel	-	21	Vespertino	25	-
Escola Rural Municipal São João	-	22	Vespertino	25	-

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Na rede municipal de ensino, as crianças da faixa etária de zero a três anos são atendidas em tempo integral nos Centros de Educação Infantil João Ribeiro de Moura e Esperança do Amanhã.

Para as crianças da faixa etária de quatro a cinco anos o atendimento é parcial, no período vespertino na rede municipal de ensino.

Nos CMEIs, para quem já está matriculado é renovada a matrícula, e para quem deseja efetuar nova matrícula, há uma lista de espera. Quando ocorre uma desistência ou transferência é chamada a próxima criança da lista de espera, seguindo a faixa etária.

1.2 Infraestrutura

O espaço destinado às crianças da educação infantil, principalmente da faixa etária de zero a três anos, deve ser concebido como local voltado para cuidar e educar crianças pequenas, incentivando o seu pleno desenvolvimento.

As crianças de zero a um ano necessitam de espaços para engatinhar, rolar, ensaiar os primeiros passos, explorar materiais diversos, observar, brincar, tocar o outro, alimentar-se, tomar banho, repousar e dormir.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) recomenda que o espaço a elas destinado seja composto de sala para repouso, sala par atividades, fraldário, lactário e solário. Para as crianças de um ano a seis anos, o espaço físico deve ser visto como um suporte que possibilite e contribua para a vivência e a expressão das culturas infantis como jogos, brincadeiras, músicas e histórias.

As tabelas a seguir mostram como se encontram as instituições de ensino que ofertam a educação infantil no Município, bem como a disponibilidade de equipamentos e materiais permanentes.

Tabela 1.2. Infraestrutura das instituições que ofertam a educação infantil, 2015

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Privada
Salas de aula	07	01
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	--	01
Sala de direção/equipe	07	01
Sala de professores	07	01
Sala de leitura/biblioteca/computação	05	01
Refeitório	02	01
Copa/Cozinha	07	01
Parque Infantil	02	01
Pátio coberto (creche) / Quadra coberta (pré-escola)	03	01
Banheiro de funcionários/professores	06	01
Banheiro de crianças/alunos	07	01
Sala de depósito	07	01
Sala de TV/DVD	01	-
Berçário (creche)	02	-
Lactário (creche)	02	-

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Tabela 1.3. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que oferecem a educação infantil, 2015

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado	
	Rede Municipal	Rede Privada
1. Esportes e brincadeiras		
1.1. Colchonetes	05	01
1.2. Conjunto de brinquedos para parquinho	02	01
2. Cozinha		
2.1. Congelador/Freezer	02	-
2.2. Refrigerador/Geladeira	05	01
2.3. Fogão comum para lactário (creche)	02	-
2.4. Fogão industrial	06	01
2.5. Liquidificador	06	01
2.6. Botijão de gás	07	01
3. Coleções e materiais bibliográficos		
3.1. Enciclopédias	06	01
3.2. Dicionários	07	01
3.3. Literatura Infantil	07	01
3.4. Material complementar de apoio pedagógico	07	01
4. Equipamentos para áudio, vídeo e foto		
4.1. Projetor	05	01
4.2. Tela para projeção	05	01
4.3. Televisor	07	01
4.4. DVD	07	01
4.5. Suporte para TV e DVD	01	01
4.6. Máquina fotográfica	07	01
4.7. Aparelho de CD e rádio	07	01
5. Setor de Informática		
5.1. Computador para administração/docentes	07	01
5.2. Impressora	07	01
5.3. Copiadora multifuncional	05	01
5.4. Guilhotina de papel	01	01
6. Mobiliário e aparelhos em geral		
6.1. Mobiliário infantil	07	01
6.2. Arquivo de aço	03	-
6.3. Mesa de reunião	02	01
6.4. Mesa para refeitório	02	01
6.5. Estantes para biblioteca	04	01
6.6. Berços e colchões (creche)	02	-
6.7. Banheira com suporte (creche)	02	-
6.8. Quadro para sala	07	01
6.9. Bebedouro	03	01
6.10. Máquina de lavar roupa	05	-
6.11. Secadora	--	-
6.12. Telefone	04	-
6.13. Ar condicionado nas salas (de atividades ou de aula)	--	-
6.14. Circulador de ar ou ventilador nas salas (de atividades ou de aula)	03	01

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

1.3 Matrículas

Ao longo dos anos, o número de alunos vem aumentando gradativamente, com a instituição de mais um CMEI o número de vagas foi ampliado.

Tabela 1.4. Matrículas da educação infantil, 2011 – 2015

Redes de ensino / Faixa etária	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	I	143	05	157	06	175	07	180	08	165	08
Privada (0 a 3 anos)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	I	-	-	--	-	-	-	-	-	-	-
Total - 0 a 3 anos		143	05	157	06	175	07	180	08	165	08
Municipal (4 a 5 anos)	M	-	-	-	-	-	-	43	03	43	03
	V	119	06	161	08	166	09	189	10	210	10
	I	46	02	51	02	45	02	57	03	48	02
Privada (4 a 5 anos)	M	-	--	-	-	-	--	-	-	-	-
	V	11	01	15	01	08	01	11	01	10	01
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total - 4 a 5 anos		165	08	212	10	211	11	289	16	301	15
Total Rede Municipal		308	13	369	16	386	18	469	24	466	23
Total Rede Privada		11	01	15	01	08	01	11	01	10	01
Total Geral		319	14	384	17	394	19	480	25	476	24

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral.

1.4 Recursos Humanos

O quadro funcional da educação infantil, apresentado nas tabelas a seguir, mostra que o nível de formação dos profissionais do magistério pode-se considerar como excelente, pois 26 possuem formação em nível superior e 32 com formação em nível de especialização, *lato sensu*.

Tabela 1.5. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015

(continua)

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	01	-	10	-	11
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	01	-	11	-	12
Docência (20 horas)	-	-	-	02	-	04	-	06
Docência (40 horas)	-	-	-	01	10	-	-	11
Estagiário	-	-	07	-	-	-	-	07
Merendeira	01	04	08	-	-	-	-	13
Auxiliar de Serviços Gerais	-	06	09	-	-	-	-	15

Tabela 1.5. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede municipal de ensino, 2015

(encerra)

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Diretor período temporário (20 horas - dobra)	-	-	-	01	-	02	-	03
Suporte Pedagógico período temporário (20 horas - dobra)	-	-	-	-	01	02	-	03
Professor temporário (20 horas - dobra)	-	-	-	-	-	02	-	02
Professor - Contrato (40 horas)	-	-	-	01	13	-	-	14
Professor - Contrato (20 horas)	-	-	-	-	01	01	-	02
Assistente de alunos	-	-	-	-	01	-	-	01
Total	01	10	24	07	26	32	-	100

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 1.6. Recursos humanos para o atendimento da educação infantil na rede Privada de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	LIC	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Docência (20 horas)	-	-	-	-	01	-	-	01
Estagiário	-	-	-	-	01	-	-	01
Secretário Escolar	-	-	-	-	01	-	-	01
Total					03	02		05

Fonte: Instituição de Ensino, março de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

1.5 Gestão

Merenda escolar: a merenda escolar atende as necessidades nutricionais das crianças não só em quantidade, como em qualidade. As instituições buscam ser formadoras de hábitos saudáveis, em parceria com a família que desempenha um papel fundamental.

Na rede municipal existe o acompanhamento por um profissional da área de nutrição, onde o mesmo elabora o cardápio que é enviado às instituições. Algumas instituições pedem a inclusão de mais frutas e verduras no cardápio, embora já seja oferecido e também o fornecimento de alimentos diferenciados para crianças com diabetes, rejeição à lactose e outros.

Transporte escolar: o transporte escolar é oferecido a todos os alunos, os ônibus da frota própria atendem as necessidades de segurança e encontram-se em bom estado de conservação, os profissionais são qualificados e prestam bom serviço. No caso dos terceirizados, é necessário qualificação dos profissionais, bem como veículos em melhor estado de conservação. Ainda há a necessidade de melhorar o transporte com a aquisição de mais ônibus e abranger mais linhas.

Material didático e pedagógico: as instituições possuem materiais didáticos e pedagógicos diversificados, porém necessitando da complementação desses materiais, principalmente os tecnológicos para desenvolverem suas atividades. Há também a necessidade de aquisição de materiais para o atendimento que será realizado nas escolas a partir de 2016, para os alunos de quatro anos, tendo em vista as peculiaridades próprias desta faixa etária. Esses materiais são adquiridos através de verbas recebidas pelas escolas como Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), convênio com os correios, colaboração espontânea dos pais, promoções da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), do MEC e das entidades mantenedoras.

Envolvimento dos pais dos alunos: a grande maioria dos pais se mostra interessada no desenvolvimento da vida escolar de seus filhos, participando das atividades desenvolvidas ou oferecidas pelas instituições. Através da participação em reuniões, apresentações, feiras e mostras pedagógicas, vindo até a escola quando são solicitados ou por vontade própria. Mas como em todas as instituições, há aqueles que não participam da vida escolar de seus filhos.

Projetos e parcerias: na rede municipal, são desenvolvidos projetos tais como, Programa "A União faz a Vida", Projeto Ler e Pensar, Festival de Dança, Natal Luz, Projeto Verde é Vida, Projeto Escola/Educar para Humanizar o Trânsito e Viva o Meio Ambiente, Recreio dirigido, Momento da Leitura, Semana do folclore. Para o desenvolvimento do Programa "A União faz a Vida", as instituições mantêm parcerias com o Sicredi. O projeto tem por objetivo levar o aluno a compreender e valorizar o trabalho cooperativo, bem como estimulá-lo a desenvolver ações coletivas que visem a melhoria para a comunidade. O Projeto Ler e Pensar é desenvolvido em parceria com a Gazeta do Povo e tem por objetivo estimular o gosto pela leitura e desenvolver a cidadania dos alunos. Com a Autopista Planalto Sul são desenvolvidos o Projeto Escola/Educar para Humanizar o Trânsito e Viva o Meio Ambiente. O primeiro visa humanizar o trânsito por meio da educação de valores gerando reflexões sobre o tema trânsito, oportunizando aprendizagens que conduzam ao universo das relações humanas e do convívio social e o exercício pleno da cidadania. O segundo projeto tem como objetivo estimular a consciência ambiental e a qualidade de vida da população. O Projeto Ver é Vida, é desenvolvido em parceria com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e tem como objetivo incentivar a valorização da propriedade rural, da agricultura familiar e da permanência do homem do campo, buscando através da educação e das atividades em sala de aula, alternativas que visem a melhoria da renda familiar e da qualidade de vida do meio rural.

Conselho escolar: todas as instituições de ensino da rede municipal de ensino que ofertam a educação infantil possuem conselhos escolares instituídos e ativos.

1.6 Considerações Finais

Observou-se avanços significativos nas instituições que atendem à demanda da educação infantil como o estreitamento cada vez maior da relação escola e família, o conhecimento das necessidades individualizadas dos alunos por todos os profissionais da escola, o acompanhamento pedagógico constante dos alunos, participação dos professores, assegurando o desenvolvimento de todos os projetos contidos na proposta pedagógica, bem como reformulação do projeto político pedagógico e do regimento escolar com conhecimento e efetivação de seu conteúdo, capacitação continuada dos profissionais envolvidos, apresentando melhorias no desenvolvimento da aprendizagem; utilização de jogos e brincadeiras como fonte de interação lúdica e afetiva para a construção do conhecimento; contratação de profissionais com formação e concurso destinado a educação infantil, bem como a ampliação do espaço físico, reforma de salas de aulas, aquisição de materiais pedagógicos, o uso do portfólio, entre outros.

Embora tenham ocorrido muitos avanços positivos, as instituições ainda enfrentam alguns problemas em seus ambientes escolares como: falta de mobiliário adequado à faixa etária, necessidade de ampliação do espaço físico (salas com mobiliário e materiais adequados à faixa etária), parque infantil e tanque de areia, atendimento da equipe multidisciplinar (fonoaudiologia, psicóloga), cobertura da quadra de esportes, refeitório, laboratório de informática e desinteresse de alguns pais referente ao acompanhamento da vida escolar de seus filhos.

Para que as instituições possam garantir qualidade no atendimento à demanda da educação infantil, algumas ações prioritárias devem ser realizadas, como investimento na área pedagógica; ampliação das instituições ou de algumas salas de aula, como para coordenação pedagógica, laboratório de informática com acesso à internet para professores e alunos; comprometimento de todos os profissionais da instituição pela educação, visando melhorar a qualidade de ensino - aprendizagem dos alunos; assegurar a participação ativa dos pais ou responsáveis na unidade escolar; formação continuada, atendimento da equipe multidisciplinar; materiais pedagógicos adequados à faixa etária; adaptação dos espaços para eliminação das barreiras arquitetônicas e promoção da acessibilidade, bem como adequação à faixa etária (exemplo banheiros), construção de refeitório com aquisição de mobiliário.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 Atendimento

Em Quitandinha, o ensino fundamental é ofertado em 15 instituições de ensino, conforme demonstrado na Tabela 2.1.

Tabela 2.1. Instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Instituição de Ensino	Total de alunos		Turnos
	Anos Iniciais	Anos Finais	
Colégio Estadual do Campo Doce Fino	-	165	Matutino e Vespertino
Colégio Estadual do Campo Doutor Caetano Munhoz da Rocha	-	138	Matutino e Vespertino
Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski	-	149	Matutino
Colégio Estadual do Campo Lagoa Verde	-	83	Matutino
Colégio Estadual do Campo Monsenhor Miguel José Mickosz	-	120	Matutino
Colégio Estadual do Campo Professor Paulo Freire	-	106	Matutino e Vespertino
Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade	-	340	Vespertino
Escola Municipal do Campo Bom Jesus	156	-	Matutino e Vespertino
Escola Municipal Padre Antônio	370	-	Matutino e Vespertino
Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel	121	-	Matutino e Vespertino
Escola Rural Municipal Leonor Moura de Andrade	250	-	Matutino e Vespertino
Escola Rural Municipal Miguel Lecz	115	-	Matutino e Vespertino
Escola Rural Municipal São João	98	-	Vespertino
Escola Rural Municipal Vilson Hasselmann	190	-	Matutino e Vespertino
Escola Divina Misericórdia	41	-	Vespertino

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

A rede municipal oferta o ensino fundamental dos anos iniciais, atendendo um total de 1.300 alunos, a rede estadual, que oferta os anos finais, atende um total de 1.101 alunos e a rede privada, por meio da Escola Divina Misericórdia, atende 41 alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.

No decorrer dos anos, o número de alunos está diminuindo gradativamente como mostram os dados da Tabela 2.2. Um dos fatores pelo qual isso ocorre é a mudança de endereço para outras cidades em virtude de melhor qualidade de vida e oportunidades de trabalho.

Tabela 2.2. Matrículas do ensino fundamental, 2011 – 2015

Redes de Ensino	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Municipal (anos iniciais)	M	444	24	566	30	689	34	643	35	552	29
	V	726	39	786	39	708	37	800	40	748	37
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada (anos iniciais)	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	V	50	05	41	05	47	05	44	05	41	05
	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		1.220	68	1.393	74	1.444	76	1.487	80	1.341	71
Estadual (anos finais)	M	793	25	551	24	640	23	537	25	517	21
	V	601	26	483	22	439	21	378	18	584	23
	N	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total		1.394	51	1.034	46	1.079	44	915	43	1.101	44
Total Geral		2.614	119	2.427	120	2.523	120	2.402	123	2.442	115

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: AL – Alunos; TU – Turmas; M – Matutino; V – Vespertino; I – Integral; N – Noturno.

2.2 Infraestrutura

Promover a educação requer a garantia de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa ocorrer. É importante proporcionar um ambiente físico que estimule e viabilize o aprendizado, além de favorecer as interações humanas.

As instituições que ofertam o ensino fundamental no Município apresentam uma infraestrutura básica, como mostra os dados da tabela a seguir.

Tabela 2.3. Infraestrutura das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Descrição do Prédio	Total de instituições que possuem o item relacionado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Salas de aula sendo utilizadas para outras atividades	--	07	01
Sala de direção/equipe	07	07	01
Sala de professores	07	07	01
Sala de leitura/biblioteca/computação	07	07	01
Laboratório de Informática	07	07	01
Laboratório de Ciências	--	07	01
Refeitório	02	01	01
Copa/Cozinha	07	07	01
Quadra coberta	03	04	01
Banheiro de funcionários/professores	06	07	01
Banheiro de alunos	07	07	01
Sala de depósito	07	07	01
Sala de TV/DVD	03	01	-

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Quanto aos equipamentos e materiais permanentes necessários ao bom desenvolvimento do trabalho educativo nas instituições de ensino fundamental, verifica-se que a maioria delas está adequadamente equipada com materiais

próprios para o atendimento de acordo com a realidade de cada uma, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 2.4. Equipamentos e materiais permanentes das instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

Descrição	Total de instituições que possuem o item relacionado		
	Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada
Cozinha			
Congelador/Freezer	07	07	-
Refrigerador/Geladeira	07	07	01
Fogão industrial	07	07	01
Liquidificador	07	07	01
Botijão de gás	07	07	01
Coleções e materiais bibliográficos			
Enciclopédias	07	07	01
Dicionários	07	07	01
Literatura Infantil	07	07	01
Literatura infantil-juvenil	07	07	01
Paradidáticos	07	07	01
Material complementar de apoio pedagógico	07	07	01
Equipamentos para áudio, vídeo e foto			
Projeter	07	07	01
Tela para projeção	06	07	01
Televisor	07	07	01
DVD	06	07	01
Suporte para TV e DVD	03	07	01
Máquina fotográfica	07	07	01
Aparelho de CD e rádio	07	07	01
Setor de Informática			
Computador para administração/docentes	07	07	01
Computador para sala de informática	05	07	01
Impressora	07	07	01
Copiadora multifuncional	06	07	01
Guilhotina de papel	03	07	01
Mobiliário e aparelhos em geral			
Mobiliário em geral (carteiras, cadeiras)	07	07	01
Arquivo de aço	07	07	-
Mesa de reunião	02	07	01
Mesa para refeitório	--	06	01
Estantes para biblioteca	03	07	01
Quadro para sala de aula	07	07	01
Bebedouro	03	07	01
Máquina de lavar roupa	03	07	01
Secadora	--	--	-
Telefone	04	04	-
Ar condicionado nas salas	--	--	-
Circulador de ar ou ventilador nas salas	04	07	01

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

2.3 Desempenho dos Alunos

Historicamente, a evasão e a reprovação escolar têm feito parte de debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira. Ainda é um tema que ocupa espaço relevante no que se refere às políticas públicas.

Em Quitandinha, tanto na rede municipal como na rede estadual, apesar de não serem muito altos, ainda são preocupantes os dados de reprovação e evasão escolar, como fica demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 2.5. Rendimento e movimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) no ensino fundamental, por rede de ensino, 2011 – 2014

Rede de Ensino	Percentuais											
	2011			2012			2013			2014		
	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
Municipal	85,5	6,1	0,4	87,6	4,6	0,2	89,0	3,9	0,1	87,6	5,2	0,1
Estadual	89,9	4,5	2,2	93,0	3,2	3,6	92,0	4,0	5,3	94,3	2,8	2,6
Privada	99,7	0,0	0,2	99,6	0,0	99,4	99,7	0,0	0,4	99,9	0,0	0,1

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

Diante destes resultados, as instituições priorizam algumas ações visando melhorar estes indicadores, tais como: desenvolvimento de ações de reforço ao aprendizado dos alunos, monitoramento dos alunos evadidos visando reincorporá-los, utilização dos dados de desempenho dos alunos como parte do planejamento pedagógico e destinação de parte do horário de trabalho dos professores para ações de reflexão sobre a aprendizagem dos alunos.

2.4 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

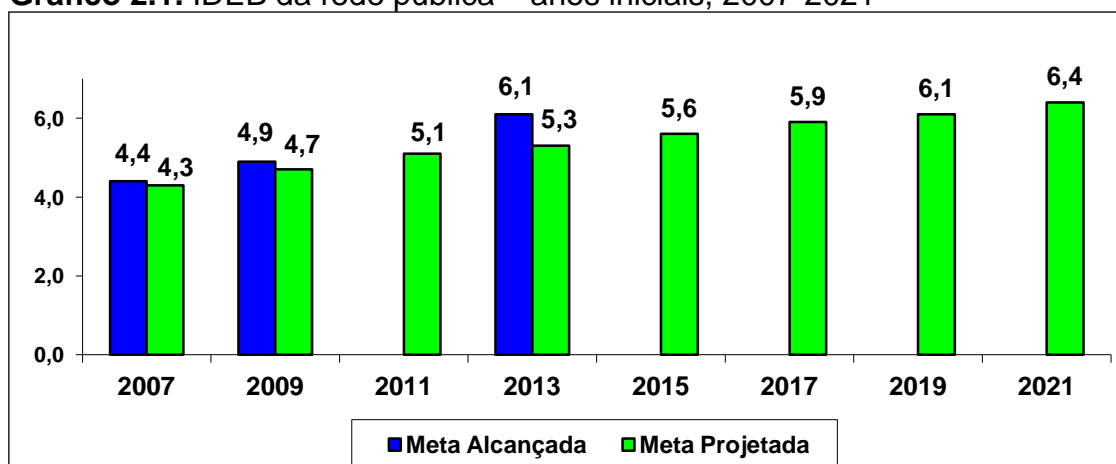
O IDEB, criado em 2007, é um indicador calculado a partir de dois conceitos igualmente importante para a qualidade da educação: média do desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e dos dados sobre o fluxo escolar (aprovação, reprovação, evasão) obtidos por meio do Censo Escolar da Educação Básica.

Esse indicador agrega os resultados sintéticos ao enfoque pedagógico, permitindo traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de ensino.

O IDEB foi criado para ser um parâmetro comparativo que permita o diagnóstico atualizado da situação educacional e a projeção de metas que visem promover a elevação dos índices de qualidade, especialmente no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação.

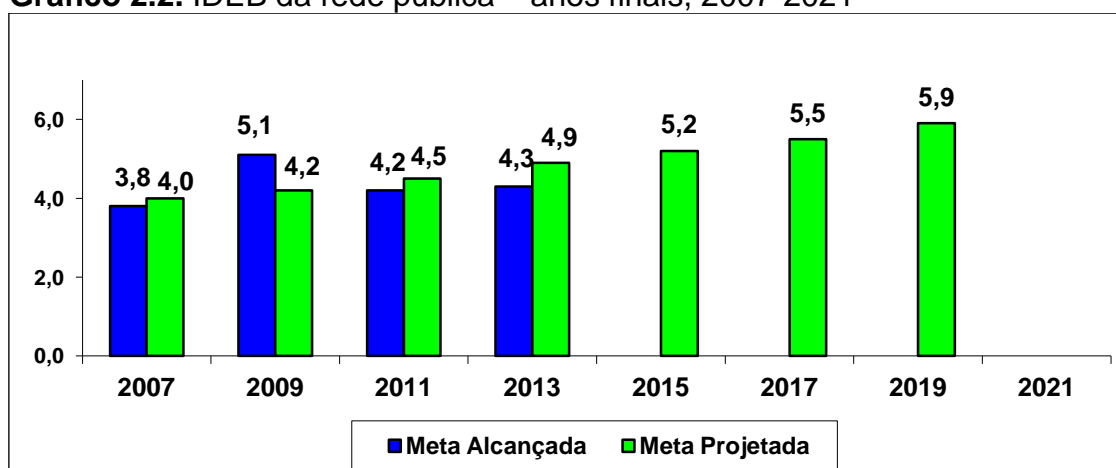
Em Quitandinha, a rede municipal de ensino conseguiu ultrapassar a meta prevista em 2013, o mesmo não ocorrendo com a rede estadual.

Gráfico 2.1. IDEB da rede pública – anos iniciais, 2007-2021



Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em março de 2015). Elaborado pela Consultoria, 2015.

Gráfico 2.2. IDEB da rede pública – anos finais, 2007-2021



Fonte: INEP (Consulta no site www.inep.gov.br, em março de 2015). Elaborado pela Consultoria, 2015.

Tabela 2.6. Dados das instituições sobre o IDEB de 2013

(continua)

Instituição de Ensino	IDEB observado	IDEB Projetado	Ações tomadas pelas instituições que atingiram ou ultrapassaram a meta prevista no último IDEB
Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel	6.0	4.6	Bom acompanhamento pedagógico; Capacitação continuada para os profissionais; Interesse e dedicação dos alunos; Metodologia adequada.
Escola Municipal Padre Antônio	6.0	5.2	--
Escola Rural Municipal Leonor Moura de Andrade	4.6	4.9	--

Tabela 2.6. Dados das instituições sobre o IDEB de 2013

(encerra)

Instituição de Ensino	IDEB observado	IDEB Projetado	Ações tomadas pelas instituições que atingiram ou ultrapassaram a meta prevista no último IDEB
Escola Municipal do Campo Bom Jesus	5.8	4.6	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento individual dos alunos com dificuldade/defasagem de aprendizagem; - Intenso trabalho direcionado ao projeto de leitura (diversidade de gêneros, suportes e estratégias); - Uso de jogos na metodologia; - Pesquisa por parte dos professores sobre os tipos de questões que são apresentadas neste instrumento; - Retomada de conteúdos com os alunos com base nos descritores da Prova Brasil; - Realização de simulados, com questões de múltipla escolha; - Atividades para estimulação das áreas do desenvolvimento a fim de contribuir para o desenvolvimento global dos alunos de todas as faixas etárias (recreio dirigido, apresentações, entre outras); - Exposição aos pais sobre a Prova Brasil e sua importância durante reuniões.
Escola Rural Municipal Miguel Lecz	5.6	5.9	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação continuada para os profissionais; - Trabalho individualizado com o aluno; - Trabalho com materiais diversificados.
Escola Rural Municipal São João	--	5.9	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação continuada para os docentes; - Acompanhamento pedagógico; - Assiduidade; - Comprometimento dos profissionais.
Escola Rural Municipal Hasselmann	5.8	3.9	<ul style="list-style-type: none"> - Empenho de todos os funcionários; - Formação continuada; - Apoio da equipe gestora e pedagógica da escola.

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

2.5 Recursos Humanos

Pode-se afirmar que para uma escola ser realmente eficaz, se faz necessário que todos os profissionais que nela atuem, seja docentes ou não docentes, tenham a formação adequada ou a busquem constantemente por meio de especialização ou formação continuada.

As Tabelas 2.7, 2.8 e 2.9 mostram o quantitativo e a formação dos profissionais que atuam nas instituições de ensino fundamental da rede municipal, estadual e privada.

Tabela 2.7. Recursos humanos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	01	-	11	-	12
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	01	10	-	11
Docência (20 horas)	-	-	-	06	22	34	-	62
Bibliotecário	-	-	-	-	-	01	-	01
Merendeira	01	02	09	-	01	-	-	13
Auxiliar de Serviços Gerais	01	11	10	-	-	-	-	22
Guarda-noturno	-	-	01	-	-	-	-	01
Direção 20 horas (dobra)	-	-	-	01	-	02	-	03
Docência - temporário 20 horas (dobra)	-	-	-	01	05	08	-	14
Docência 20 horas (contrato)	-	-	-	-	19	02	-	21
Docência 12 horas (dobra)	-	-	-	-	01	-	-	01
Docente em licença maternidade 20 horas	-	-	-	-	-	03	-	03
Docente em licença prêmio 20 horas	-	-	-	01	-	04	-	05
Docente com licença sem vencimento 20 horas	-	-	-	-	-	01	-	01
Estagiário	-	-	02	-	-	-	-	02
Total	02	13	22	10	49	76	-	172

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 2.8. Recursos humanos do ensino fundamental da rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Direção (40 horas)	-	-	-	-	-	05	-	05
Vice-direção (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Vice-direção (40 horas)	-	-	-	-	-	05	-	05
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	-	10	-	10
Docência (20 horas)	-	-	-	-	48	-	-	48
Docência (40 horas)	-	-	-	-	06	-	-	06
Secretário Escolar	-	-	-	01	-	-	-	01
Auxiliar Administrativo	-	-	-	14	-	-	-	14
Merendeira	-	15	-	-	-	-	-	15
Auxiliar de Serviços Gerais	-	18	-	-	-	-	-	18
Total	-	33	-	15	54	26	-	128

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 2.9. Recursos humanos do ensino fundamental da rede privada de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	-	01	-	01
Docência (20 horas)	-	-	-	-	-	05	-	05
Bibliotecário	-	-	-	-	-	01	-	01
Total	-	-	-	-	-	08	-	08

Fonte: Instituição de Ensino, março de 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

2.6 Projetos

A qualidade de ensino, no âmbito da organização escolar, envolve a estrutura física e as condições de funcionamento, a estrutura e a cultura organizacional, as relações entre alunos, professores, funcionários, as práticas colaborativas e participativas. É a instituição de ensino como um todo, que deve zelar pela aprendizagem dos alunos, especialmente em face dos problemas sociais, culturais e econômicos, enfrentados atualmente.

Portanto, é imprescindível o envolvimento de todos os segmentos: professores, funcionários, alunos, pais e comunidade na construção de projetos e nas ações necessárias às mudanças e transformações que se fizerem necessárias para que a escola seja eficaz e conquiste cada vez mais uma educação de qualidade.

Tabela 2.10. Projetos desenvolvidos pelas instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

(continua)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
Escola Municipal do Campo Bom Jesus	- Momento da Leitura	186
	- Cantinho da matemática	186
	- Semana do folclore	186
	- Mural na escola	186
	- Momento Cívico	186
	- Construção da Identidade	186
	- Confraternização dos alunos de Jardim II e 5º anos	59
	- Projeto Cartas	65
	- Portfólios	186
	- Recreio dirigido	186
	- Projeto Gestão Compartilhada	186
	- Projeto Ler e Pensar	160
	- Programa Agrinho	160
	- Programa A União faz a Vida	186
	- Projetos Viva o Meio Ambiente e Educar para Humanizar o Trânsito	186
	- A Escola no Combate ao Trabalho Infantil	65

Tabela 2.10. Projetos desenvolvidos pelas instituições que ofertam o ensino fundamental, 2015

(encerra)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel	- Verde é Vida	150
	- Programa Agrinho	150
	- Projeto Ler e Pensar	150
	- Programa A União faz a Vida	150
	- A Escola no Combate ao Trabalho Infantil	50
Escola Municipal Padre Antônio	- União Faz a Vida	390
	- Projeto faxinais	60
	- Educar para Humanizar o Trânsito	300
	- Viva o Meio Ambiente	300
	- Agrinho	100
	- Ler e Pensar	200
	- A Escola no Combate ao Trabalho Infantil	160
Escola Rural Municipal Leonor Moura de Andrade	- Programa A União Faz a Vida	250
	- Programa Agrinho	250
	- Projeto Ler e Pensar	250
	- Cantinho da Leitura	250
	- A Escola no Combate ao Trabalho Infantil	80
Escola Rural Municipal Miguel Lecz	- Programa A União Faz a Vida	78
	- Projeto Verde é Vida	78
	- Projeto Ler e Pensar	147
	- Programa Agrinho	147
	- A Escola no Combate ao Trabalho Infantil	70
Escola Rural Municipal São João	- Programa Agrinho	120
	- Projeto Ler e Pensar	120
	- Programa A União Faz a Vida	120
	- Projeto Viva o Meio Ambiente e Educar para Humanizar o Trânsito	120
	- A Escola no Combate ao Trabalho Infantil	40
Escola Rural Municipal Vilson Hasselmann	- Programa Agrinho	232
	- Projeto Ler e Pensar	232
	- Programa A União Faz a Vida	232
	- A Escola no Combate ao trabalho Infantil	65
	- Verde é Vida	80

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Tabela 2.11. Parcerias firmadas pelas instituições que ofertam o ensino fundamental no desenvolvimento de projetos, 2015

Parceiros	Objetivos da Parceria
Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)	O Projeto Ler e Pensar tem por objetivo estimular o gosto pela leitura e a utilização de meios de comunicação.
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Paraná (SENAR-PR)	O Programa tem por objetivo levar o aluno por meio da escola, a sentir gosto, prazer, em observar a realidade onde este está inserido, verificando quais os problemas ambientais, culturais, éticos e outros ali existentes, buscando estratégias para tentar solucionar o problema.
Sicredi	O Projeto A União Faz a Vida tem por objetivo levar o aluno a compreender e valorizar o trabalho cooperativo, bem como estimulá-lo a desenvolver ações coletivas que visem à melhoria da comunidade.
Afubra	Incentivar a valorização da propriedade rural da agricultura familiar e da permanência do homem no campo, buscando através da educação e das atividades em sala de aula alternativas que visem a melhoria da renda familiar e da qualidade de vida no meio rural.
Autopista Planalto Sul	Para estimular a visão dos estudantes, a consciência ambiental e melhoria da qualidade de vida de toda a população.
Ministério Público do trabalho	Erradicar o trabalho infantil.
Petróleo Brasileiro (PETROBRAS)	Recuperar áreas degradadas e enriquecimento da floresta.

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

3. ENSINO MÉDIO

3.1 Oferta

O ensino médio, etapa final da educação básica, é ofertado em Quitandinha pela rede estadual de ensino, em cinco instituições.

No ensino regular são atendidos 964 alunos, distribuídos nos períodos matutino e noturno.

Tabela 3.1. Instituições que ofertam o ensino médio regular, 2015

Instituição de Ensino	Localização	Total de Alunos	Turnos
Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade	Centro	388	Matutino Noturno
Colégio Estadual do Campo Professor Paulo Freire	Turvo	81	Noturno
Colégio Estadual do Campo Doutor Caetano Munhoz da Rocha	Pangaré	270	Matutino Noturno
Colégio Estadual do Campo Doce Fino	Doce Fino	120	Matutino
Colégio Estadual do Campo Monsenhor Miguel José Mickosz	Rodovia BR-116 Km 172	105	Matutino

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

3.2 Desempenho dos Alunos

Como ações desenvolvidas pelas instituições de ensino para a melhoria dos indicadores destacam-se: o reforço ao aprendizado dos alunos, a realização do monitoramento dos alunos evadidos visando reincorporá-los, a utilização dados de desempenho dos alunos como parte do planejamento pedagógico e a destinação de parte do horário de trabalho dos professores para reflexão sobre a aprendizagem dos alunos.

Tabela 3.2. Rendimento e movimento escolar (taxa de aprovação, reprovação e evasão) dos alunos do ensino médio regular, por rede de ensino, 2011 – 2014

Percentuais											
2011			2012			2013			2014		
APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA	APR	REP	EVA
88,1	4,0	7,79	88,3	4,0	7,6	87,9	4,2	7,8	88,5	4,1	7,6

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: APR – Aprovação; REP – Reprovação; EVA – Evasão.

3.3 Recursos Humanos

Atuam no ensino médio um contingente de 150 pessoas, distribuídas em 133 profissionais do magistério e 17 profissionais de serviços e de apoio à

educação (apoio técnico administrativo, bibliotecário e auxiliar de serviços gerais).

Tabela 3.3. Recursos humanos para o atendimento do ensino médio na rede estadual de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação						Total
	EFI	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção (20 horas)	-		-	-	03	-	03
Direção (40 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Vice-direção (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (20 horas)	-	-	-	-	02	-	02
Suporte Pedagógico (40 horas)	-	-	-	-	04	-	04
Docência (20 horas)	-	-	-	17	60	01	78
Docência (40 horas)	-	-	-	-	28	-	28
Secretário Escolar	-	-	-	01	03	-	04
Auxiliar de Secretaria	-	-	-	-	03	-	03
Auxiliar Administrativo	-	-	01	-	03	-	04
Bibliotecário	-	-	-	-	01	-	01
Merendeira	-	02	05	01	-	-	08
Auxiliar de Serviços Gerais	-	02	07	02	-	-	11
Total	-	04	13	21	111	01	150

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

3.4 Projetos

Os projetos desenvolvidos pelas instituições que ofertam o ensino médio no Município estão demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 3.4 Dados sobre projetos das instituições que ofertam o ensino médio, 2015

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade	Mais Educação	105
Colégio Estadual Eleutério Fernandes de Andrade	Hora Treinamento	30
Colégio Estadual do Campo Monsenhor Miguel José Mickosz	Aula Treinamento Futsal	20
Colégio Estadual do Campo Monsenhor Miguel José Mickosz	Jornal	20
Colégio Estadual do Campo Monsenhor Miguel José Mickosz	Centro de Línguas Estrangeiras Modernas - CELEM (Espanhol)	20

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

3.5 Dados Complementares

Alguns dados complementares sobre as instituições que ofertam o ensino médio estão demonstrados na Tabela 3.5.

Tabela 3.5. Dados complementares das instituições que ofertam o ensino médio, 2015

Itens	Total de instituições que responderam	
	Sim	Não
A comunidade utiliza regularmente os espaços da instituição de ensino para suas atividades	03	02
Proporciona o acesso dos alunos a programas culturais	05	-
Proporciona o acesso dos profissionais da educação a programas culturais	04	01
Proporciona o acesso dos alunos a atividades esportivas	05	-
Estimula o acesso dos alunos à leitura em sua biblioteca ou em espaço equivalente	05	-
Oferece aprendizado de informática aos alunos	01	04
Oferece aprendizado de informática aos profissionais da educação	02	03
Trabalha de maneira integrada com o Conselho Tutelar	05	-

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Observou-se avanços significativos nas instituições que atendem o ensino médio tais como capacitação dos professores – pacto ensino médio, houve um melhor aprendizado, e a queda relativa, na reprovação e na aprovação por conselho de classe, além dos índices de evasão escolar.

Embora tenham ocorrido muitos avanços positivos, as instituições ainda enfrentam alguns problemas em seus ambientes escolares tais como: falta de expectativa dos alunos em continuar os estudos, a evasão devido à necessidade de trabalho, indisciplina, falta de laboratório de química, física e biologia, descomprometimento quase total dos pais com seus filhos (delegam à escola a tarefa de ensinar, educar, cuidar, doar materiais, uniformes, entre outros).

Para que as instituições possam garantir qualidade no atendimento à demanda do ensino médio, algumas ações prioritárias devem ser realizadas, tais como conscientização dos alunos sobre a importância da carreira acadêmica, através de palestras, seminários, entre outros, mecanismos de incentivo à participação dos alunos no Exame do Ensino Médio (ENEM) e atuação de profissionais qualificados.

4. EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Centro Universitário Uninter – Polo de Apoio Presencial é a instituição que oferta cursos de nível superior presencial e a na modalidade de EAD no município de Quitandinha.

Tabela 4.1. Instituição que oferta a educação superior no Município, 2015

Cursos	Total de vagas ofertadas	Total de vagas preenchidas
Licenciatura em Pedagogia	90	63
Licenciatura em Letras	20	15
Licenciatura em Matemática	20	03
Licenciatura em Geografia	20	10
Licenciatura em Historia	20	02
Licenciatura em Filosofia	20	04
Bacharelado em Administração	60	45
Bacharelado em Ciências Contábeis	40	10
Tecnólogo em Gestão Ambiental	20	02
Tecnólogo em Gestão da Produção Industrial	20	05
Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	20	01
Tecnólogo em Gestão do Turismo	15	01
Tecnólogo em Gestão Hospitalar	15	02
Tecnólogo em Gestão Pública	20	13
Tecnólogo em Logística	20	01
Tecnólogo em Marketing	20	01
Tecnólogo em Processos Gerenciais	20	00
Tecnólogo em Secretariado	20	02
Tecnólogo em Serviços Jurídicos e Notariais	15	01
Especialização em Administração e Finanças	EAD	03
Especialização em Saúde da Família com ênfase em Saúde Pública	EAD	01
Especialização em Educação Especial e Inclusiva	EAD	03
Especialização em Educação Infantil	EAD	03
Especialização em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal	EAD	01
Especialização em Alfabetização e Letramento	EAD	01
Especialização em Metodologia no Ensino de Artes	EAD	01
Especialização em Formação de docentes e orientadores acadêmicos em EAD	EAD	01
Especialização em Secretariado e Assessoria Executiva	EAD	02
Especialização em Psicopedagogia	EAD	01
Especialização em Orientação Educacional	EAD	01
Especialização em Direito Processual Cível	EAD	01
Especialização em metodologia do Ensino de História e Geografia	EAD	01
Especialização em Gestão de custos	EAD	01

Fonte: <http://unico.facinter.br/frames.php> - Centro Universitário Uninter, março de 2015.

A infraestrutura do Polo de Apoio Presencial de Quitandinha é considerada ótima, pois o espaço físico disponível é adequado ao número de alunos, há adequação dos espaços disponíveis ao currículo proposto, à acessibilidade

para pessoas portadoras de deficiência e o acesso à internet é de qualidade. A iluminação e ventilação são adequadas às atividades, o mobiliário é confortável para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupo, as instalações sanitárias são adequadas para docentes, discentes e funcionários, a biblioteca possui acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejável.

Tabela 4.2. Infraestrutura do Polo de Apoio Presencial de Quitandinha, 2015

Itens	Avaliação			
	O	B	R	I
Espaço físico disponível adequado ao número de alunos.	X	-	-	-
Iluminação e ventilação adequadas às atividades desenvolvidas.	-	X	-	-
Mobiliário confortável para o desenvolvimento dos trabalhos individuais e em grupos.	-	X	-	-
Adequação dos espaços disponíveis ao currículo proposto.	X	-	-	-
Instalações sanitárias adequadas para docentes, discentes e funcionários.	-	X	-	-
Condições para atendimento aos portadores de necessidades especiais.	X	-	-	-
Biblioteca com acervo de livros e periódicos em quantidade e qualidade desejáveis.	-	X	-	-
Acesso à Internet.	X	-	-	-

Fonte: Uninter, março de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; I – Inexistente.

Além dos alunos do Município, outros alunos dos municípios vizinhos frequentam a Instituição.

Quanto à evasão escolar, esta é muita significativa na educação superior, e muitas vezes, ocorre por problemas familiares e/ou econômicos.

Tabela 4.3. Índices de evasão na Uninter, 2011 – 2014 (em %)

Percentuais de evasão por ano			
2011	2012	2013	2014
13%	20%	22%	12%

Fonte: Consulta no site <http://unico.facinter.br/frames.php>, março de 2015.

Não existe parceria entre a Uninter com as instituições que ofertam o ensino fundamental e médio. A Prefeitura oferece algumas vagas de estágio para os alunos da Uninter, estudantes dos cursos de Pedagogia, Letras, Administração, Ciências Contábeis e Gestão Pública.

Algumas pessoas também procuram a formação superior em outros municípios da região. Em 2015, em torno de 85 alunos deslocam-se diariamente para Mafra e 17 para Curitiba.

Desde fevereiro de 1999, atua no Município uma Associação de Acadêmicos, criada no intuito de promover a união de esforços para conseguir o transporte coletivo aos universitários que frequenta a Universidade do Contestado (UNC),

na cidade de Mafra. A Associação se mantém com recursos repassados pela administração municipal, por meio de legislação própria, estabelecida pela Lei nº 823, de 13 de maio de 2010.

Os valores repassados são alterados periodicamente e em 2014, o valor do repasse passou para R\$110,00 por aluno, sob a Lei nº 966, de 05 de maio.

Os alunos deslocam-se de ônibus fretado para a UNC e de van para Curitiba, nas instituições: Uniandrade, Tuiuti, Positivo, Unibrasil e Pontifícia Universidade Católica (PUC).

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1 Perfil da População

O número de habitantes do Município segundo o IBGE de 2010 é de 17.089, deste total, em torno de 6,77% de pessoas acima de 15 anos não são alfabetizadas.

A política de atendimento para com as pessoas analfabetas do Município ocorre com a oferta de educação de jovens e adultos (EJA), por meio de campanhas nas escolas, rádio e cartazes no comércio local.

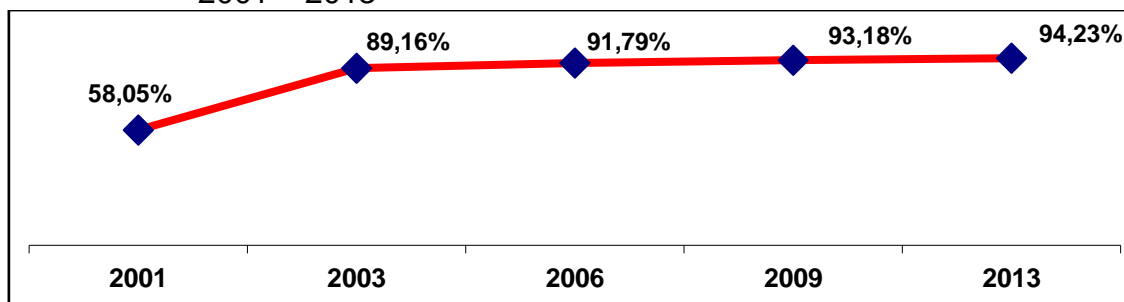
Tabela 5.1. Taxa de analfabetismo segundo faixa etária, 2010

Faixa etária (anos)	Taxa (%)
De 15 ou mais	7,11
De 15 a 19	1,30
De 20 a 24	1,41
De 25 a 29	2,11
De 30 a 39	3,37
De 40 a 49	5,10
De 50 e mais	16,85

Fonte: IBGE - Censo Demográfico.

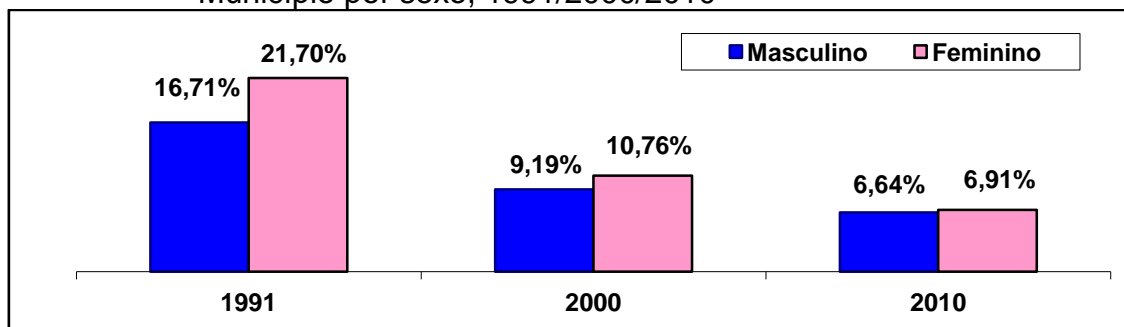
Nota: Foi considerado como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever um bilhete simples ou que apenas assinam o próprio nome, incluindo as que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram.

Gráfico 5.1. Percentual de pessoas alfabetizadas acima de 15 anos de idade, 2001 – 2013



Fonte: Acesso no site <http://www.deepask.com>, abril de 2015. Dados do Ministério da Saúde – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS.

Gráfico 5.2. Taxas de analfabetismo da população acima de 15 anos do Município por sexo, 1991/2000/2010



Fonte: Acesso no site <http://www.deepask.com>, abril de 2015. Dados do Ministério da Saúde – DATASUS.

Diante destes dados, todos os anos há uma ampla divulgação da educação de jovens e adultos, visando integrar as pessoas que não concluíram os estudos na faixa etária que compreende o ensino fundamental e médio ou que tenham baixa escolarização.

5.2 Oferta

A educação de jovens e adultos é ofertada no Município pelas redes municipal e estadual. A rede municipal oferta os anos iniciais (EJA – Fase I) e a rede estadual os anos finais (EJA – Fase II) e o ensino médio.

Na rede municipal as aulas acontecem na Escola Municipal Padre Antônio e na rede estadual, no Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski.

Tabela 5.2. Oferta da EJA, 2015

Programas / Cursos	Local	Número de alunos atendidos	Turno
EJA Fase I	Escola Municipal Padre Antônio	18	Matutino Noturno
EJA Fase II	Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski	37	Noturno
Ensino Médio	Colégio Estadual do Campo Francisco Lechinoski	39	Noturno

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Atualmente o Programa da EJA atende a demanda na parte urbana do Município. Os alunos da área rural utilizam o transporte escolar para ter acesso aos estudos, sendo difícil atender a todas as comunidades devido a ampla extensão da área rural do Município.

Tabela 5.3. Matrículas da EJA, por programas ou cursos, 2011 – 2015

Programas / Cursos	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
EJA - Fase I	M	09	01	08	02	03	02	04	02	07	02
	N	23	02	10	02	16	02	20	02	11	02
EJA - FASE II	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	38	01	30	01	42	01	38	01	38	01
EJA – Ensino Médio	M	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	N	28	01	48	01	42	01	35	01	38	01
Total Geral		98	05	96	06	103	06	97	06	94	06

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: M – Matutino; N – Noturno; AL – Alunos; TU - Turmas.

5.3 Atendimento na Rede Municipal de Ensino

A Escola Municipal Padre Antônio, conta com uma estrutura física de 11 salas de aula, sala de informática, biblioteca, banheiros, sala de apoio pedagógico, quadra esportiva, cozinha, refeitório e lavanderia. O material didático é oferecido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), através de livros, os quais são utilizados no dia a dia em sala de aula,

atendendo as necessidades do aluno no seu cotidiano. A coordenação municipal da EJA é feita por uma professora do quadro do magistério.

Os alunos têm acesso à biblioteca escolar, laboratório de informática, merenda escolar e ao transporte escolar. Também participam das festividades culturais desenvolvidas no Município.

Os professores da EJA participam das capacitações ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com os demais profissionais do magistério, não sendo ofertadas capacitações específicas para a modalidade de EJA.

5.4 Atendimento na Rede Estadual de Ensino

No Colégio Estadual Francisco Lechinoski a EJA - Fase II e o ensino médio são ofertados no período noturno de segunda a sexta-feira por disciplinas. No mínimo são realizadas três avaliações que não se resumem apenas em provas, considerando também de forma significativa a assiduidade.

O material didático é elaborado pelo MEC e pela SEED-PR, atendendo as perspectivas de docentes e discentes, uma vez que possui sua própria Diretriz Curricular.

Os alunos têm acesso à biblioteca, laboratório de informática, à cancha de esportes e recebem todas as noites, merenda escolar.

Os alunos participam de eventos culturais programados pelo Município e todos os professores participam de encontros pedagógicos e cursos ofertados pela SEED-PR.

A maioria dos docentes é contratada por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS), haja visto que cada disciplina tem um período certo para terminar.

No Colégio Estadual Francisco Lechinoski há uma pedagoga exclusiva para auxiliar nos encaminhamentos pedagógicos da EJA.

5.5 Considerações Finais

Os problemas enfrentados na oferta da EJA dizem respeito a evasão dos alunos, motivada por diversos fatores tais como: safra, jornada de trabalho, jovens com distorção idade-série (repetentes por muito tempo devido a falta de interesse, mau comportamento, uso de drogas lícitas e ilícitas e que são incluídos na EJA de acordo com a obrigatoriedade).

Além destes fatores, detectou-se que o maior número de desistências na EJA ocorre devido às ofertas dos programas de governo como os provões e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), formas estas de aceleração que o sistema educacional vem ofertando para a redução do analfabetismo.

Em síntese, algumas ações tornam-se necessárias serem implementadas para a melhoria da qualidade no atendimento desta modalidade de ensino, tais como: ofertar, em conjunto com a EJA, cursos profissionalizantes aos jovens e adultos; ofertar capacitação aos profissionais da EJA; promover ações que evitem a evasão dos alunos da EJA; realizar avaliação específica para conclusão da Fase I, por meio da Secretaria Municipal de Educação - online; realizar ações de incentivo ao ingresso na EJA.

6. EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é um equipamento da Assistência Social, cujos serviços são mantidos com verba mensal do Governo Federal, compartilhado com o Estado, que faz a fiscalização, e com o Município que é responsável pelo pagamento dos técnicos.

O CRAS desenvolve ações de proteção básica, atendendo famílias em situação de risco e vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir situações mais graves ou de violação de direitos.

Essas ações vão desde a realização de oficinas socioeducativas, palestras informativas, cursos profissionalizantes e semiprofissionalizantes às atividades de geração de trabalho e renda.

Nos serviços do CRAS são atendidas pessoas nas várias faixas etárias, sendo priorizadas crianças, adolescentes, pessoas com deficiência e idosos e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Quanto à semiprofissionalização e profissionalização, o CRAS trabalha em parceria com SENAR-PR, que desenvolve cursos voltados à população rural, Serviço Social da Indústria/ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Rio Negro (SESI/SENAI), que operacionaliza vários cursos em diferentes áreas e o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) do Governo Federal.

Tabela 6.1. Cursos oferecidos pelo CRAS, 2014

Ano	Curso	Parcerias	Público Alvo
2014	Assistente de Recursos Humanos (PRONATEC)	SESI/SENAI	Adolescentes e jovens do ensino médio
2014	Qualidade de Vida	SENAR-PR	Mulheres do PBF
2014	Panificação	SENAR-PR	Mulheres da comunidade de Cerro Verde
2014	Conservas, Molhos e Temperos	SENAR-PR	Mulheres do PBF - Sede
2014	Auxiliar Administrativo	SESI/SENAI	Adolescentes acima de 16 anos, jovens e adultos
2014	Qualidade de Vida	SENAR-PR	Idosos
2014	Geleias, Doces de Corte e Doces Pastosos	SENAR-PR	Mulheres do PBF

Fonte: CRAS, abril de 2015.

Os cursos ofertados pelo CRAS sempre são desenvolvidos em parceria com a Prefeitura, que proporciona o local, as pessoas que organizam as turmas e acompanham o andamento do curso até o seu término e entrega dos certificados. O CRAS procura acompanhar estes formandos para verificar se conseguiram colocação ou quais as dificuldades que estão encontrando para se colocarem.

Tabela 6.2. Perspectiva de oferta de novos cursos profissionalizantes pelo CRAS, 2015

Curso	Parcerias	Público Alvo
Derivados do Milho	SENAR-PR	Homens e mulheres do PBF
Jardinagem	SENAR-PR	Homens e mulheres do PBF
Gestão de Pessoas	SESI/SENAI	Homens, mulheres acima de 16 anos
Conservas, Molhos e Temperos	SENAR-PR	Homens e mulheres do PBF
Qualidade de Vida	SENAR-PR	Mães, crianças do Serviço Convivência
Panificação	SENAR-PR	Homens e mulheres do PBF
Qualidade de Vida	SENAR-PR	Idosos
Básico em Mandioca	SENAR-PR	Mulheres e homens do PBF
Compotas e Frutas Desidratadas	SENAR-PR	Homens e mulheres do PBF
Geleias, Doces de Corte e Pastosos	SENAR-PR	Homens e mulheres do PBF

Fonte: CRAS, abril de 2015.

O Centro de Treinamento e Qualificação Profissional Canal C, oferece cursos profissionalizantes, que tem o objetivo de preparar profissionais qualificados para o mercado de trabalho. A Escola Canal C, inaugurou sua unidade no município de Quitandinha em fevereiro de 2011, oferecendo cursos profissionalizantes nas áreas administrativas e de informática com o intuito de formar profissionais, proporcionando aos alunos uma oportunidade diferenciada de ensino presencial com professores especializados. Em 2013, iniciou cursos na área de Saúde (Atendente de Farmácia e Socorrista e Resgatista); e em 2014, inaugurou um centro de estética oferecendo cursos de cabeleireiro, maquiagem, manicure, entre outros, podendo o aluno montar seu próprio empreendimento. Em 2015, está lançando cursos preparatórios para concursos públicos e ENEM.

Ao longo desse tempo a Escola já formou mais de 500 alunos e no momento tem em torno de 200 alunos cursando. A metodologia utilizada pela Escola é conservadora, sendo que o aluno precisa ter frequência mínima de 75% e média 7,0, tudo registrado em livro de chamada e ata.

Tabela 6.3. Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados pelo Centro de Treinamento Profissional, 2014 – 2015.

Ano	Curso	Público Alvo
2014	Contabilidade, Departamento Pessoal, Crédito e Cobrança, Substituição Tributária	Adolescentes e adultos
	Cabeleireiro, Manicure e Pedicure, Maquiagem	Adolescentes e adultos
2015	Preparatório para concursos públicos e Enem	Adolescentes e adultos
2015	Estética Facial e Corporal, Depilação	Adolescentes e adultos
2015	Elétrica e Hidráulica	Adolescentes e adultos

Fonte: Canal C, abril de 2015.

Na área de informática, a Matrix Informática oferta cursos de Redes, Programação e Web Designer. A Matrix informática foi fundada em 1999, na cidade de Quitandinha e hoje é referência no ramo de Educação Profissionalizante, Vendas, Assistência Técnica em Notebooks, Microcomputadores, Impressoras, e Lanhouse. Com mais de 15 anos de história, é uma empresa consolidada nessa área e nesse ramo de informática.

Tabela 6.4. Cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ofertados pela Matrix Informática, 2014 – 2015

Ano	Curso	Público Alvo
2015	Redes	Adolescentes e adultos
2015	Programação	Adolescentes e adultos
2015	Web Designer	Adolescentes e adultos

Fonte: Matrix Informática, 2015.

7. EDUCAÇÃO ESPECIAL

7.1 Atendimento na Instituição Especializada

A APAE de Quitandinha foi fundada em 13 de dezembro de 1995, sendo eleita como presidente, Maria de Lourdes Train. Em 1999, foi eleita a nova Diretoria e sob a presidência de Valfrido Eduardo Prado (atual Prefeito), foi fundada em 13 de junho do mesmo ano, a Escola de Educação Especial Caminhos do Aprender, iniciando com 14 alunos.

A Escola Caminhos do Aprender pertence a uma rede de aproximadamente 1.800 escolas do Movimento Apaeano espalhadas por todo país, tido como o maior movimento filantrópico do mundo e do Brasil sob a responsabilidade da Federação Nacional das APAEs.

A Escola atende pessoas com necessidades educacionais especiais na área de deficiência intelectual, deficiência física neuromotora associada a múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento.

Os professores, em conjunto com a equipe multidisciplinar, equipe pedagógica e a família, têm papel central nessa história porque são os principais atores/construtores da proposta pedagógica diferenciada que ao longo dos anos contribui para a construção de identidade educacional desenvolvida pelo movimento Apaeano.

Em 2011, a Escola Caminhos do Aprender passou a denominar-se Escola Alice Santana Pinto, oferecendo atendimento na área de fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, terapia ocupacional, assistência social e neuropediatria aos inclusos na rede regular de ensino.

Os funcionários da escola realizam um trabalho de valorização e promoção de autoestima dos alunos fazendo com que eles participem de eventos realizados no Município e fora dele. Graças a este trabalho, membros da sociedade começaram a valorizar e respeitar os alunos com necessidades educacionais especiais, percebendo que estes são seres humanos com capacidades e potencialidades, desde que sejam respeitadas suas limitações; a partir daí, aumentou-se o número de associados e voluntários para ajudar a escola nos trabalhos desenvolvidos.

Ao longo desses anos de funcionamento da escola, foram incluídos dez alunos na educação infantil e no ensino fundamental.

Tabela 7.1 Atendimento da Escola Alice Santana Pinto, 2015

Etapas	Programas	Turmas
Educação Infantil	Estimulação Essencial Pré-escolar	01 - Manhã 01 - Manhã
Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	01 - Manhã 02 - Tarde
Educação de Jovens e Adultos	Iniciação Profissional Iniciação Profissional	02 - Manhã 03 - Tarde

Fonte: Instituição de Ensino, abril de 2015.

Tabela 7.2. Total de alunos atendidos na Escola Alice Santana Pinto, por tipo de programas e turnos, 2011 – 2015

Níveis / Modalidades	Turno	2011		2012		2013		2014		2015	
		AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Educação Infantil (0 a 3 anos)	M	06	01	06	01	04	01	02	01	02	01
	V	03	01	-	-	-	-	-	-	-	-
Educação Infantil (4 a 6 anos)	M	05	01	03	01	04	01	04	01	04	01
	V	-	-	04	01	-	-	-	-	-	-
Ensino Fundamental	M	12	02	12	02	10	02	10	01	08	01
	V	20	03	10	02	11	02	12	02	12	02
Educação Profissional	M	12	02	18	02	16	02	18	02	18	02
	V	22	03	15	02	25	03	24	03	24	03
Total		80	13	68	11	70	11	70	10	68	10

Fonte: Instituição de Ensino, abril de 2015.

Tabela 7.3. Total de alunos atendidos na Escola Alice Santana Pinto, 2015

Deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Número de alunos		
	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Profissional
Deficiência Física	02	08	06
Deficiência Intelectual	06	22	42
Autismo clássico	-	01	05
Psicoses	-	-	05
Total	08	31	58

Fonte: Instituição de Ensino, abril de 2015.

Os atendimentos da equipe de apoio especializada (fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, psicóloga, assistente social e neuropediatra) são realizados com frequência de uma a três vezes por semana, no espaço físico da escola, de forma individual ou em duplas, de acordo com a necessidade de cada criança e têm duração de 30 minutos.

Periodicamente são realizadas reuniões interdisciplinares com o objetivo de discutir e apropriar a conduta terapêutica de cada aluno. A partir daí, orientam-se os professores conforme suas necessidades, tentando sempre adaptar o plano terapêutico ao planejamento pedagógico do professor.

A família é orientada a participar do tratamento proposto para que este torne-se contínuo e mais eficaz (durante as sessões realizadas na escola e em visitas domiciliares que são realizadas periodicamente pela equipe).

Os projetos e programas desenvolvidos na Escola são:

- Projeto Oficinas: pintura em tecido, pintura em MDF, acabamento em fraldas descartáveis, tapeçaria, cestaria, tecelagem, patina, fuxico, confecção de cachecol, decoupage em tecido, artesanato em geral, miniprojeto de jardinagem e horta e lides doméstica;
- Projeto Semana do Excepcional;
- Projeto de Psicomotricidade;
- Projeto Contação de Histórias;
- Projeto Golf 7;

- Projeto AVDS (atividade de vida diária) e Qualidade de Vida.

Quanto à infraestrutura, a Escola necessita de ampliação do espaço físico, com mais salas, refeitório, construção de área coberta para praticar esportes, laboratório de informática, almoxarifado para material escolar, depósito para material de limpeza, instalações sanitárias para funcionários e rede de esgoto, além da aquisição de acervos bibliográficos tanto para o aluno como para os professores.

Recentemente a Escola construiu a Quadra de Golf 7 com grama sintética e piscina com hidroterapia aquecida, para prática de fisioterapia e educação física.

Tabela 7.4. Infraestrutura da Escola Alice Santana Pinto, 2015

(continua)

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Energia elétrica	-	X	-	-	-
Água filtrada ou tratada	-	X	-	-	-
Esgoto	-	-	-	-	X
Sala de direção	-	-	-	X	-
Sala de supervisão e/ou coordenação pedagógica	-	-	-	-	X
Sala de orientação educacional	-	-	-	-	X
Secretaria	-	X	-	-	-
Sala de professores	-	-	X	-	-
Sala de reuniões	-	-	-	-	X
Biblioteca com acervo atualizado ou canto de leitura	-	-	-	-	X
Sala de recursos didáticos	-	-	-	-	X
Auditório	-	-	-	-	X
Sala de televisão, vídeo e/ou DVD	-	-	-	-	X
Almoxarifado (material escolar)	-	-	-	-	X
Refeitório	-	-	X	-	-
Depósito (material de limpeza)	-	-	-	-	X
Depósito de botijão de gás	-	-	X	-	-
Depósito de lixo	-	-	-	-	X
Cozinha	-	X	-	-	-
Dispensa (alimentos)	-	-	-	-	X
Instalações sanitárias – alunos	-	X	-	-	-
Instalações sanitárias – administrativo	-	-	-	-	X
Instalações sanitárias – funcionários	-	-	-	-	X
Recreio coberto	-	-	-	-	X
Campo esportivo	-	-	-	-	X
Quadra poliesportiva	-	-	-	-	X
Quadra de esportes coberta	-	-	-	-	X
Piscina	-	X	-	-	-
Espaço para oficinas (ex: marcenaria, pintura, etc.)	-	-	X	-	-
Laboratório de informática	-	-	-	-	X
Laboratório de ciências	-	-	-	-	X
Acesso à internet para alunos	-	-	-	-	X
Acesso à internet para professores e funcionários	-	-	X	-	-
Mobiliário adequado à faixa etária	-	X	-	-	-

Tabela 7.4. Infraestrutura da Escola Alice Santana Pinto, 2015

(encerra)

Itens	Situação				
	O	B	R	P	I
Material pedagógico de apoio ao aluno	-	-	X	-	-
Material pedagógico de apoio ao professor	-	-	X	-	-
Adequação às características das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (rampa, corrimão, sinalizações, instalações sanitárias)	-	-	X	-	-

Fonte: Instituição de Ensino, abril de 2015.

Legenda: O – Ótimo; B – Bom; R – Regular; P – Precária; I – Inexistente.

Todos os docentes que trabalham na instituição de ensino têm a habilitação necessária para o exercício de sua função. Os demais profissionais da instituição de ensino também possuem a formação necessária para o desenvolvimento de seu trabalho na instituição.

Quanto ao quadro funcional, há necessidade de um professor e de mais um pedagogo para atender as avaliações psicoeducacionais e demais atividades.

Tabela 7.5. Recursos humanos da Escola Alice Santana Pinto, 2015

Cargos / Funções	Formação (número de pessoas)					Total
	EF	EM	SUP	ESP	MES	
Direção	-	-	-	01	-	01
Coordenação	-	-	-	01	-	01
Docência	-	-	-	16	-	16
Secretário Escolar	-	-	01	-	-	01
Merendeira	02	-	-	-	-	02
Servente	03	-	-	-	-	03
Zeladora	03	-	-	-	-	03
Total	08	-	01	18	-	27

Fonte: Instituição de Ensino, abril de 2015.

Legenda: EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 7.6. Atendimento de Técnicos, 2015

Tipos de Técnicos	Quantidade de profissionais
Pedagoga	01
Fisioterapeuta	01
Psicóloga	01
Terapeuta ocupacional	01
Assistente Social	01
Fonaudióloga	01
Médio Neurologista	01

Fonte: Instituição de Ensino, abril de 2015.

Na Escola não há atendimento de dentista, porém o Posto de Saúde realiza este atendimento uma vez por semana, por meio de agendamento conforme a necessidade dos alunos. O Município também realizou convênios com o

Hospital de Reabilitação em Curitiba e os alunos que necessitam deste tipo de atendimento são transportados, com direito a acompanhante, pela Escola que cede o transporte e pela Prefeitura que cede o motorista.

O transporte escolar ofertado é de boa qualidade, os veículos oferecem segurança conforme exigência da legislação.

Tabela 7.7. Transporte oferecido aos alunos que frequentam a Escola Alice Santana Pinto, 2015

Tipo Transporte	Número de alunos transportados por dia
Dois Micro-ônibus (cedidos pela Prefeitura Municipal)	25
Kombi (própria)	16
Duas Kombis (terceirizadas)	26
Transporte Regular - de linha normal	03

Fonte: Instituição de Ensino, abril de 2015.

Além do espaço físico, a Prefeitura cede à Escola Alice Santana Pito, um funcionário para serviços gerais, dois professores, três motoristas, dois micro-ônibus e uma Kombi terceirizada.

Através de convênios são repassadas verbas para o transporte escolar da Instituição, água, luz, telefone, mão de obra mecânica, pagamento de estagiários, recolhimento de taxa da Federação das APAEs, manutenção e reparo de equipamentos, seguros dos veículos, gás, material de limpeza, combustível e lubrificantes, material de expediente, pneus, peças e acessórios, uniforme escolar, material para manutenção do prédio e material para artesanato.

Os desafios da Instituição para os próximos anos são: ampliação da carga horária do Serviço Único de Saúde (SUS), ampliação do espaço físico; aquisição de material didático Pedagógico; laboratório de informática; aquisição de cadeiras de rodas adaptadas; e aquisição de equipamentos para os profissionais da saúde.

7.2 Atendimento no Ensino Regular

A inclusão de pessoas com deficiência na escola comum e a garantia de atendimento educacional especializado a este público no município de Quitandinha é realizado por duas instituições educacionais, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 7.8. Atendimento da Educação Especial no ensino regular, 2015

Instituição de Ensino	Em números					
	Classe Especial		Sala de Recursos Multifuncional		CAEDV CAES	
	AL	TU	AL	TU	AL	TU
Escola Municipal Padre Antônio	09	01	25	02	06	02
Total	09	01	25	02	06	02

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Legenda: AL – Alunos TU – Turmas.

Siglas: CAEDV - Centro de Atendimento Especializado ao Deficiente Visual; CAES - Centro de Atendimento Especializado aos Surdos.

O processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular e o atendimento educacional especializado a este público, é a garantia da democratização do acesso e da permanência com qualidade na educação.

Tabela 7.9. Evolução das matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos em salas regulares, por etapa ou modalidade de ensino, 2012 – 2015

Etapas / Modalidades de ensino	Quantidade de alunos por ano			
	2012	2013	2014	2015
Pré-escola	-	01	-	-
Ensino Fundamental (anos iniciais)	13	18	25	20
Ensino Fundamental (anos finais)	-	01	01	01
Educação de Jovens e Adultos	02	01	03	08
Total	15	21	29	29

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

Tabela 7.10. Matrículas dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, inclusos nas salas regulares, 2015

Deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Educação de Jovens e Adultos
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	Anos iniciais	Anos finais	
Deficiência Visual	-	-	01	01	-
Deficiência Auditiva	-	-	02	-	03
Deficiência Física	-	-	02	-	-
Distúrbios de Aprendizagem	-	-	09	-	01
Deficiência Intelectual	-	-	06	-	04
Totais	-	-	20	01	08

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

A escola e os sistemas de ensino devem consolidar e somar esforços para que as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotados tenham garantido o direito ao atendimento educacional especializado de forma que possam vencer possíveis dificuldades na aquisição das competências educacionais.

A tabela a seguir sintetiza algumas ações que as redes de ensino do Município, implementaram ou que ainda falta implementar, assegurando a este público a garantia do reconhecimento de sua cidadania e condição humana.

Tabela 7.11. Gestão do atendimento oferecido a educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, 2015

Atendimento	Situação por rede de ensino	
	Municipal	Estadual
Oferta cursos sobre o atendimento básico a alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para os professores em exercício.	--	--
Aplica anualmente testes de acuidade auditiva e visual em todos os alunos.	X	X
Possui livros didáticos e/ou de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal.	X	--
Possui aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que facilitem a aprendizagem dos educandos surdos e aos de visão subnormal.	--	--
Oferta o ensino da Língua Brasileira de Sinais (para alunos, familiares, comunidade escolar).	X	X
Usa equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do aluno com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	X	X
Possui, no Projeto Pedagógico, a inclusão do atendimento educacional especializado, com definição de recursos disponíveis e oferecimento de formação em serviço aos professores em exercício.	X	X
Definiu as condições para a terminalidade aos educandos que não puderam atingir níveis superiores de ensino.	X	X
Possui acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, conforme normas técnicas vigentes.	X	X
Reduziu o número de alunos por turma, onde estão incluídos os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	X	--
Flexibilizou e realizou a adaptação curricular, em consonância com a proposta pedagógica.	X	--
No caso da instituição ofertar classe especial ou sala de recursos multifuncionais: o atendimento é extensivo a alunos de outras instituições próximas, nas quais ainda não existe este atendimento.	X	X

Fonte: Instituições de Ensino, março de 2015.

8. FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

8.1 Plano de Carreira

Regime Jurídico: Estatutário.

Lei do Plano de Carreira: Lei nº 846, de 14 de dezembro de 2010.

Cargos: Professor e Professor de Educação Infantil.

Suporte pedagógico: direção, coordenação e assessoramento pedagógico.

Critérios estabelecidos para que o profissional possa exercer as funções de Suporte Pedagógico: as funções de coordenação pedagógica, exercida no âmbito da unidade escolar e de assessoria pedagógica, exercida no âmbito da rede municipal de ensino, serão desempenhadas por integrantes do quadro de pessoal, nos cargos de Professor e Professor de Educação Infantil, desde que os mesmos possuam a respectiva habilitação, nos termos do art. 64 de Lei nº 9394/1996.

Níveis de formação: NÍVEL II – integrada pelos profissionais com escolaridade superior, compreendendo normal superior; ou licenciatura plena em pedagogia, com habilitação nas séries iniciais do ensino fundamental; ou licenciatura plena em áreas do conhecimento da educação básica, precedida de formação de magistério de nível médio; ou curso superior complementado com licenciatura plena numa das áreas do conhecimento da educação básica e magistério de nível médio; NÍVEL III – integrado pelos professores com escolaridade superior, mais curso de pós-graduação *lato sensu* voltado para a educação básica, com duração mínima de 360 horas; NÍVEL IV – integrada pelos profissionais possuidores de curso superior em licenciatura plena, acrescido de curso de pós-graduação em nível de mestrado ou doutorado na área de educação.

Jornadas de trabalho: 20 horas semanais para o cargo de Professor; 40 horas semanais para o cargo de Professor de Educação Infantil.

Hora atividade: 20% da carga horária semanal.

Atividades desenvolvidas na hora atividade: planejamento de aulas, pesquisas, estudos e formação continuada;

Promoção: avanço vertical, passagem de um nível para outra imediatamente superior e avanço horizontal, passagem de uma classe para outra através de avaliação de desempenho. Na promoção vertical, de um nível para outro, será observado o interstício de dois anos da última progressão. A progressão nas classes, avanço horizontal, dentro do mesmo nível, dar-se-á aos integrantes do quadro, observado o interstício de 36 meses de efetivo exercício em funções de magistério. A variação entre as classes é de 3%. As progressões nas classes seguintes devem coincidir com as datas e condições dos demais profissionais do magistério efetivo, observado obrigatoriamente o interstício de

36 meses para promoção vertical e de 36 meses para a promoção horizontal decorrente da conclusão do estágio probatório e a seguinte.

Gratificações: pelo exercício das funções de direção de instituição educacional (por porte); pelo exercício da função de docência em sala especial; em exercício nas funções de coordenação pedagógicas em escolas de ensino fundamental ou nos centros de educação infantil; em exercício nas funções de assessoria pedagógica junto à administração da Secretaria Municipal de Educação.

Licenças: para tratamento de saúde; a gestante, a adotante e a paternidade; por incidente em serviço; por motivo de doença em pessoa da família; para serviço militar; para atividade política; para tratar de assuntos particulares; para desempenho de mandato classista e prêmio.

Plano de Carreira dos demais servidores de apoio à educação: Lei nº 892, de 04 de abril de 2012.

8.2 Quadro Funcional da Rede Municipal de Ensino

O último concurso foi em 2012, havendo necessidade de se fazer novo concurso, para suprir a defasagem existente na rede de ensino.

Tabela 8.1. Profissionais do magistério (docentes e suporte pedagógico) da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação				Total
	MG	LIC	ESP	MES	
Direção	01	-	08	-	09
Coordenação	-	-	17	-	17
Docência (concurso)	11	39	86	-	136
Total	12	39	111	-	162

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Siglas: MG – Magistério; LIC – Licenciatura; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

Tabela 8.2. Profissionais de apoio à educação da rede municipal de ensino, 2015

Cargos / Funções	Formação							Total
	EFI	EF	EM	MG	SUP	ESP	MES	
Auxiliar Administrativo	-	-	01	-	03	-	-	04
Auxiliar de Serviços Gerais	-	27	21	-	02	-	-	50
Total	-	27	22	-	05	-	-	54

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; MG – Magistério; SUP – Superior; ESP – Especialização; MES – Mestrado.

A Secretaria Municipal de Educação oferta cursos específicos para cada área de atuação dos profissionais do magistério. Para os professores, diretores, coordenadores e estagiários são ofertados anualmente dois seminários de três dias, além de capacitação continuada a cada bimestre. Para os demais profissionais que atuam como serviços gerais e de apoio à educação, são ofertados cursos durante um dia, duas vezes ao ano.

De acordo com levantamento realizado com os profissionais da educação, foram elencadas algumas ações que são prioritárias para a efetivação da valorização destes profissionais, tais como: implantação de hora atividade de 33% e implantação de cursos específicos para as áreas de Ciências, Geografia, História, Artes, Educação Física, Inglês e Ensino Religioso.

9. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

9.1 Financiamento

A orientação para o financiamento da educação pública brasileira está inscrita no artigo 212 da Constituição Federal que dispõe que os municípios deverão aplicar anualmente nunca menos do que 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE).

Este preceito legal é seguido rigorosamente em Quitandinha, sendo que em alguns anos aplica-se muito mais do que os 25% constitucionais, como mostram os dados da tabela a seguir.

Tabela 9.1. Aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação municipal, 2013 – 2015

Indicadores Legais	2013	2014	2015 (previsão)
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE	26,08 %	26,26 %	25 %
Percentual de aplicação do FUNDEB (Fundo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) na remuneração dos profissionais do magistério	60,95 %	64,16 %	60 %
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério	37,77 %	33,98 %	40 %
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício	1,28 %	1,86 %	--

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

Em 2015, a aplicação na educação deve ultrapassar a casa dos dez milhões, sendo que o ensino fundamental é responsável por uma parcela de mais de 84% do total que será investido (dados da Tabela 9.2).

Tabela 9.2. Recursos aplicados em educação, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação Especial	EJA	Outros	Total
2013	1.492.603,80	6.617.101,65	75.000,00	128.569,12	0,00	8.313.274,57
2014	1.438.832,05	8.061.178,75	88.000,00	31.616,60	64.240,00	9.683.867,40
2015 (*)	1.400.000,00	8.724.076,34	157.300,00	40.000,00	64.240,00	10.385.616,34

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

(*) Previsão.

Das despesas realizadas na educação, 52% representam gastos com pessoal, como mostram os dados da Tabela 9.3 e do Gráfico 9.1.

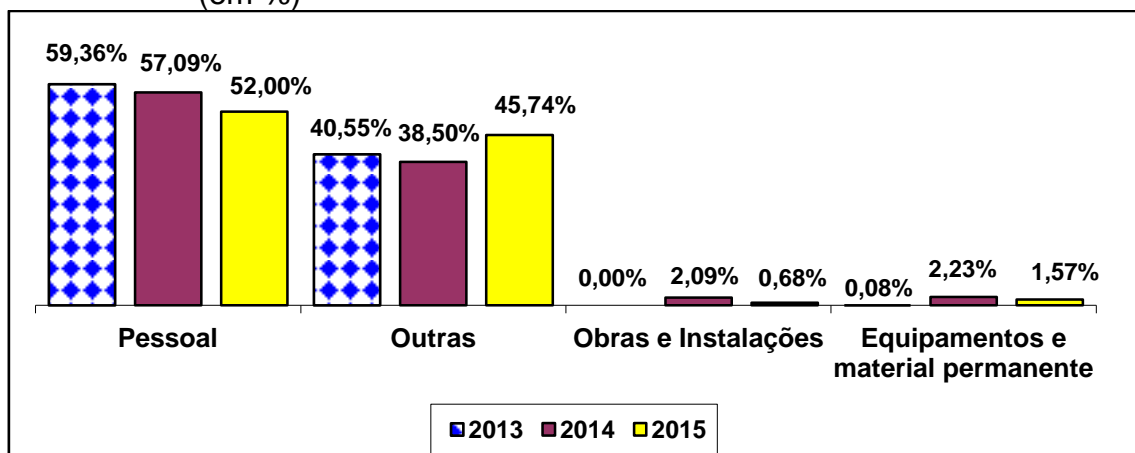
Tabela 9.3. Despesas com Educação por categoria econômica e elemento de despesa, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Total Geral
	Pessoal	Outras	Obras e Instalações	Equipamentos e material permanente	
2013	4.964.679,94	3.371.732,63	0,00	6.862,00	8.313.274,57
2014	5.528.661,10	3.728.037,74	202.836,27	224.332,29	9.683.867,40
2015 (*)	5.400.834,80	4.750.471,54	70.790,00	163.520,00	10.385.616,34

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

(*) Previsão.

Gráfico 9.1. Despesas com educação por elemento de despesa, 2013 – 2015 (em %)



Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

Nota: Os dados de 2015 são previsões.

Tabela 9.4. Indicadores de educação, 2013 – 2015

(continua)

Indicadores	2013	2014	2015 (previsão)
Total de Matrículas providas pelo Município	1.930	2.090	1.733
Total de Usuários do Transporte Escolar Municipal	3.131	3.632	3.464
Total de Atendidos com a Merenda Escolar Municipal	1.930	2.090	1.733
Gastos com Educação – Recursos Próprios	89.264,69	64.240,00	64.240,00
Gastos com Educação – Recursos FUNDEB	4.872.594,11	5.518.940,27	5.037.230,00
Gastos com Educação – Recursos de Outras Fontes	3.351.415,77	4.100.687,13	5.284.146,34
Total de Gastos com Educação	8.313.274,57	9.683.867,40	10.385.616,34
Quantidade de Docentes	132	138	136
Total de Docentes Pagos com Recursos do FUNDEB	132	138	136

Tabela 9.4. Indicadores de educação, 2013 – 2015

(encerra)

Indicadores	2013	2014	2015 (previsão)
Total de Gastos com Pagamento de Docentes do FUNDEB	3.010.113,32	3.673.936,56	3.021.338,00
Total de Servidores na Educação	182	186	190

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

Tabela 9.5. Valores da composição dos recursos anuais com transporte escolar, 2013 – 2015 (em R\$ 1,00)

Ano	Próprios	Estaduais	Quota Salário Educação	FUNDEB	MDE	Outros	Total
2013	1.821,54	426.584,05	313.819,60	662.255,89	354.085,05	321.036,92	2.079.603,05
2014	0,00	384.917,79	369.293,99	729.494,95	222.688,72	287.697,14	1.994.092,59
2015 *	0,00	500.000,00	550.000,00	522.230,00	507.221,54	500.000,00	2.379.451,54

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

(*) Previsão.

Tabela 9.6. Alunos transportados ao ano, segundo a dependência administrativa, 2013 – 2015

Ano	Rede Municipal	Rede Estadual	Total
2013	1.267	1.864	3.131
2014	1.565	2.067	3.632
2015	1.479	1.985	3.464

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

O transporte escolar é realizado por uma frota de 40 veículos, dos quais 19 são da frota própria. Os ônibus que circulam em linhas onde há alunos com necessidades especiais possuem adaptação.

Tabela 9.7. Frota própria de veículos para o transporte escolar, 2013 – 2015

Ano	Frota Própria		Frota Locada		Total da Frota
	Ônibus	Kombi	Ônibus	Kombi	
2013	16	01	18	04	39
2014	18	01	18	04	41
2015	18	01	17	04	40

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

Tabela 9.8. Alunos transportados ao ano, segundo o trajeto, 2013 – 2015

Ano	Número total de alunos	Percentuais		
		Urbano *	Rural e Urbano***	Rural **
2013	3.131	309	3.131	2.822
2014	3.632	495	3.632	3.137
2015	3.464	502	3.464	2.962

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

*Alunos que utilizam o transporte escolar somente na zona urbana.

** Alunos que utilizam o transporte escolar somente na zona rural.

*** Alunos que utilizam o transporte escolar na zona rural e urbana.

Com relação aos gastos com a merenda escolar, estima-se que em 2015, a Prefeitura terá que dar a contrapartida em torno de 31,13% do total que será gasto, para que a sua oferta possa continuar com qualidade e de acordo com as normas vigentes.

Tabela 9.9. Gastos com merenda escolar, 2013 – 2015

Ano	Valor Total	Repasse Federal	% Investido pela Prefeitura	Custo Aluno
2013	206.974,94	150.498,88	27,29 %	0,53
2014	224.915,05	187.447,50	16,66 %	0,53
2015*	290.400,00	200.000,00	31,13 %	0,83

Fonte: Prefeitura de Quitandinha, março de 2015.

(*) Previsão.

O controle social dos recursos aplicados em educação é realizado pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, instituído por meio da Lei Municipal nº 668, de 29 de abril de 2007, e do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, instituído por meio da Lei Municipal nº 472, 31 de agosto de 2000.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, possui em sua composição representantes do Executivo; dos professores das escolas públicas municipais; dos diretores das escolas públicas municipais; dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais; de pais de alunos das escolas públicas municipais; de estudantes da educação básica pública e do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar, possui a representatividade de membro indicado pelo Poder Executivo Municipal; de representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica; de representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica; e de representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

9.2 Gestão da Educação Pública Municipal

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, encontra-se instalada em um prédio de propriedade da Prefeitura, no centro da cidade.

O prédio é antigo, necessitando de reforma em geral. Conta com equipamentos que são atualizados de acordo com a disponibilidade. Todos os departamentos contam com computador e impressora multifuncional. Em relação ao acervo bibliográfico, há um número limitado de obras na área educacional, porém cada escola possui um ótimo acervo para consulta de seus docentes.

Trabalham na Secretaria um total de 20 pessoas. A estrutura funcional é adequada, porém necessita-se de um psicólogo e de um fonoaudiólogo para atendimento dos alunos de toda a rede municipal de ensino.

Tabela 9.10. Instituições de ensino da rede municipal, 2015

Etapa da Educação Básica	Número de alunos	Número de classes	Número de docentes	Quantidade de salas de aula	Média de alunos por Classes	Jornada do Aluno (horas/dia)	Jornada Semanal do docente
Creche	165	8	16	8	20	8	40
Pré-Escola	301	15	30	12	20	4	20
EF – Anos Iniciais	535	31	62	19	20	4	20
EF – Anos Iniciais (escola de Educação do Campo)	680	35	70	25	20	4	20

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

As direções são escolhidas pelo processo democrático aberto à consulta pública da comunidade escolar e realizada de três em três anos.

Os Conselhos Escolares estão instituídos nos dois CMEIs e nas sete escolas municipais. Por ser recente a instituição destes Conselhos, está em fase de adaptação pelos seus membros e não há previsão de capacitações.

Os projetos desenvolvidos pelas instituições municipais e que encontram-se em andamento na rede de ensino estão explicitados na tabela a seguir.

Tabela 9.11. Projetos implantados na rede municipal de ensino, por instituição educacional, 2015

(continua)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
CMEI Esperança do Amanhã	- A União faz a vida	70
	- Ler e Pensar	60
CMEI João Ribeiro de Moura	- A União faz a vida	213
	- Ler e Pensar	95
	- Festival de Dança	25
	- Natal Luz	25
Escola Municipal Padre Antônio	- A União faz a vida	390
	- Projeto faxinais	60
	- Educar para Humanizar o Trânsito	300
	- Viva o Meio Ambiente	300
	- Agrinho	100
	- Ler e Pensar	200
	- A escola no Combate ao Trabalho Infantil	160

Tabela 9.11. Projetos implantados na rede municipal de ensino, por instituição educacional, 2015

(encerra)

Instituição de Ensino	Nome do Projeto	Número de alunos participantes
Escola Municipal do Campo Bom Jesus	- Momento da Leitura	186
	- Cantinho da matemática	186
	- Semana do folclore	186
	- Mural na escola	186
	- Momento Cívico	186
	- Construção da Identidade	186
	- Confraternização dos alunos de Jardim II e 5º anos	59
	- Cartas	65
	- Portfólios	186
	- Recreio dirigido	186
	- Gestão compartilhada	186
	- Ler e Pensar	160
	- Agrinho	160
- A União faz a vida	186	
- Viva o Meio Ambiente e Educar para Humanizar o Trânsito	186	
- A escola no Combate ao Trabalho Infantil	65	
Escola Rural Municipal Deputado João Leopoldo Jacomel	- Verde é vida	150
	- Agrinho	150
	- Ler e Pensar	150
	- A União faz a vida	150
	- A Escola no Combate ao Trabalho Infantil	50
Escola Rural Municipal Leonor Moura de Andrade	- A União faz a vida	250
	- Agrinho	250
	- Ler e Pensar	250
	- Cantinho da Leitura	250
	- A escola no Combate ao Trabalho Infantil	80
Escola Rural Municipal Miguel Lecz	- A União faz a vida	78
	- Verde é Vida	78
	- Ler e Pensar	147
	- Agrinho	147
	- A escola no Combate ao Trabalho Infantil	70
Escola Rural Municipal São João	- Agrinho	120
	- Ler e Pensar	120
	- A União faz a vida	120
	- Viva o Meio Ambiente e Educar para Humanizar o Trânsito	120
	- A escola no Combate ao Trabalho Infantil	40
Escola Rural Municipal Vilson Hasselmann	- Agrinho	232
	- Ler e Pensar	232
	- A União faz a vida	232
	- A escola no Combate ao Trabalho Infantil	65
	- Verde é Vida	80

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

As parcerias firmadas para o desenvolvimento da maioria dos projetos estão demonstradas na tabela a seguir.

Tabela 9.12. Parcerias firmadas para o desenvolvimento dos projetos, 2015

Parceiro(s)	Objetivos da Parceria
GRPCOM	O projeto Ler e Pensar tem por objetivo estimular o gosto pela leitura e a utilização de meios de comunicação.
SENAR-PR	O Programa tem por objetivo levar o aluno por meio da escola, a sentir gosto, prazer, em observar a realidade onde este está inserido, verificando quais os problemas ambientais, culturais, éticos e outros ali existentes, buscando estratégias para tentar solucionar o problema.
Sicredi	O Projeto A União faz a vida, em parceria com Sicredi, tem por objetivo levar o aluno a compreender e valorizar o trabalho cooperativo, bem como estimulá-lo a desenvolver ações coletivas que visem à melhoria para a comunidade.
Afubra	Incentivar a valorização da propriedade rural da agricultura familiar e da permanência do homem no campo, buscando através da educação e das atividades em sala de aula alternativas que visem a melhoria da renda familiar e da qualidade de vida no meio rural.
Autopista Planalto Sul	Para estimular a visão dos estudantes, a consciência ambiental e melhoria da qualidade de vida de toda a população.
Ministério Público do trabalho	Erradicar o trabalho infantil.
PETROBRAS	Recuperar áreas degradadas e enriquecimento da floresta.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, março de 2015.

Os programas suplementares que atendem as instituições são:

- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): o programa beneficia um total de 1.681 alunos, entre escolas municipais e CMEIs.
- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): o programa está inserido em todas as escolas da rede municipal de ensino, beneficiando alunos e professores com várias obras literárias fornecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): todos os alunos do ensino fundamental, anos iniciais, da rede municipal de ensino, são contemplados com os livros didáticos nas disciplinas de Ciências, Geografia, História, Língua Portuguesa e Matemática. A escolha destes livros é realizada pelos professores e Secretaria de Educação a cada três anos letivos.

- Programa Bolsa Família (PBF): aproximadamente 1.060 alunos são beneficiários do Programa Bolsa Família. O Bolsa Família é um programa federal de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que associa a transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social. Através do Bolsa Família, o governo federal concede mensalmente benefícios em dinheiro para famílias mais necessitadas. O monitoramento do programa se dá pela frequência escolar, e a criança que não cumprir com os objetivos estipulados no regulamento do programa, através da assiduidade na escola, perde a bolsa até regularizar sua situação.

IV - METAS E ESTRATÉGIAS

As metas apresentadas a seguir são propostas do Plano Nacional de Educação, porém as estratégias são baseadas no diagnóstico da realidade do município de Quitandinha.

META 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 1.1) Expandir, gradativamente, o atendimento da educação infantil da rede municipal de ensino, segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades do Município. *
- 1.2) Estabelecer, por meio da Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde, normas, procedimentos e prazos para o levantamento e definição do quantitativo da demanda das famílias por creches para a população de até três anos, como forma de planejar a oferta e o atendimento da demanda manifesta.
- 1.3) Assegurar a adesão aos programas nacionais de construção e reestruturação de escolas e creches municipais, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil. *
- 1.4) Assegurar, na rede municipal de ensino, a avaliação da educação infantil, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. *
- 1.5) Promover sucessivamente a formação continuada dos profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento dos discentes por profissionais com formação superior. ***
- 1.6) Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica e cursos de aperfeiçoamento oferecidos a todos os profissionais da educação. ***
- 1.7) Implementar programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até três anos de idade.

- 1.8) Preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede escolar, garantindo o atendimento da criança de zero a cinco anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte. */***
- 1.9) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância. *
- 1.10) Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até três anos.
- 1.11) Assegurar, na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de zero a três anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- 1.12) Garantir na rede municipal de ensino, o acesso à educação infantil para todas as crianças de quatro e cinco anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

META 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 2.1) Apoiar e colaborar com a construção da proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental, que o MEC irá elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação. *
- 2.2) Colaborar com a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. *
- 2.3) Assegurar, na rede municipal de ensino, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental.
- 2.4) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao

estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude. */**/**

- 2.5) Promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.
- 2.6) ~~Desenvolver estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo. ***~~ **Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019**
- 2.6) Assegurar estratégias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo.
- 2.7) Disciplinar a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região. ***
- 2.8) Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural. ***
- 2.9) Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias. ***
- 2.10) Estimular a oferta do ensino fundamental, para as populações do campo, nas próprias comunidades, desde que haja demanda. */**
- 2.11) Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos municipais.
- 2.12) Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.
- 2.13) Implementar políticas públicas para a correção da distorção idade-ano nos anos iniciais do ensino fundamental garantindo o efetivo aprendizado do estudante.

2.14) Orientar e subsidiar a construção das propostas político-pedagógicas das instituições de ensino da rede municipal, considerando a diversidade e legislações vigentes.

2.15) ~~Fortalecer a articulação com a rede de proteção de crianças e adolescentes, com vistas ao enfrentamento da evasão e da desistência e ao atendimento dos estudantes do ensino fundamental. ***~~ **Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019**

2.15) Fortalecer a articulação com a rede de proteção (Conselho tutelar, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Polícia Militar, Batalhão de patrulha escolar comunitário, CREAS, CRAS e Escolas Estaduais do município) de crianças e adolescentes, com vistas ao enfrentamento da evasão e da desistência e ao atendimento dos estudantes do ensino fundamental. Inserir quais são os órgão que compõem a rede de proteção.”

(Nota Técnica 002/2018)

META 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

3.1) Fomentar, junto ao Estado, a expansão das matrículas de ensino médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades da população do Município. **

3.2) Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude. */**

3.3) Promover, em parceria com o Estado, a busca ativa da população de 15 a 17 anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. **

3.4) Fomentar, junto ao Estado, programas de educação e de cultura para os jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar. **

3.5) Contribuir para a implementação de políticas de prevenção à evasão no ensino médio motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. **

- 3.6) Estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas. **
- 3.7) Fomentar a participação dos jovens no ENEM, como critério de acesso à educação superior. */**

META 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 4.1) Promover a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de zero a três anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- 4.2) Manter as salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada para os profissionais da educação para o atendimento educacional especializado nas escolas. ***
- 4.3) Garantir a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar a todos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação e ouvidos a família e o aluno. ***
- 4.4) Aderir aos programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação. */***
- 4.5) Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de zero a dezessete anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos. ***

- 4.6)** Garantir a oferta da educação inclusiva e promover a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado. ***
- 4.7)** Assegurar o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude. */***
- 4.8)** Ampliar, quando necessário, as equipes de profissionais da educação para atender a demanda do processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de LIBRAS, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de LIBRAS, prioritariamente surdos, e professores bilíngues. ***
- 4.9)** Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino. ***
- 4.10)** Buscar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede pública de ensino. ***
- 4.11)** Buscar parceria com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo. ***
- 4.12)** Proporcionar a formação continuada de professores da educação básica, instrumentalizando-os para o desenvolvimento de práticas pedagógicas específicas para a efetiva inclusão de estudantes que apresentem necessidades especiais. ***

4.13) Fomentar ações de combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância e à juventude.

META 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

5.1) Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. ***

5.2) Assegurar, na rede municipal de ensino, instrumentos de avaliação específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do ensino fundamental. *

5.3) Fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade. ***

5.4) Estimular a formação inicial e promover a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras. ***

5.5) Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal. ***

5.6) Reformular, na rede municipal de ensino, até o segundo ano da vigência do Plano Municipal de Educação, o ciclo de aprendizagem com duração de dois anos para três anos de escolarização, com base na alfabetização e letramento.

5.7) Criar, na rede municipal de ensino, mecanismos de controle e acompanhamento de aprendizagem para assegurar a alfabetização do 1º ao 3º ano do ciclo, de forma que os profissionais reorganizem seus tempos e espaços para que cumpram sua função social de “ensinar a todos”.

META 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo

menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 6.1)** Promover, com o apoio da União, a oferta gradativa de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo. */***
- 6.2)** Assegurar que as escolas públicas municipais tenham padrão arquitetônico e mobiliário adequado para atendimento em tempo integral. *
- 6.3)** Buscar a adesão ao programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral. */***
- 6.4)** Assegurar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques e museu. ***
- 6.5)** Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de educação básica. ***
- 6.6)** Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais. ***

META 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB:

Ano	Metas Projetadas			
	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental – rede municipal	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos Finais do Ensino Fundamental – rede estadual	5,2	5,5	5,7	5,9

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 7.1)** Assegurar, na rede municipal de ensino, que a maioria dos alunos do ensino fundamental alcance nível desejável de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo. *
- 7.2)** Assegurar, na rede municipal de ensino, processo contínuo de autoavaliação das escolas, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.
- 7.3)** Executar, em regime de colaboração com a União, o Plano de Ações Articuladas, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação municipal e às estratégias voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar. *
- 7.4)** Assegurar, na rede municipal de ensino, as políticas públicas de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas municipais com os menores índices, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo as desigualdades gradativamente. *
- 7.5)** Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do IDEB, relativos às escolas municipais, assegurando o acesso público às informações em sites oficiais do Município. *
- 7.6)** Incentivar a implementação de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem. ***
- 7.7)** Garantir transporte gratuito para todos os estudantes que moram na zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento. */**
- 7.8)** Assegurar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação na rede municipal de ensino.
- 7.9)** Apoiar a gestão escolar, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. ***

- 7.10)** Assegurar aos alunos da rede municipal de ensino, em colaboração com a União, programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. */***
- 7.11)** Assegurar a todas as escolas públicas municipais o acesso a energia elétrica e abastecimento de água tratada, e garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência. *
- 7.12)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas municipais, visando à equalização regional das oportunidades educacionais. *
- 7.13)** Assegurar, na rede municipal de ensino, equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.
- 7.14)** Aderir ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico da Secretaria Municipal de Educação. *
- 7.15)** Garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade escolar. ***
- 7.16)** Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. ***
- 7.17)** Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a História e as Culturas Afro-Brasileira e Indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. ***
- 7.18)** Consolidar a educação escolar do campo, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural. ***
- 7.19)** Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do campo, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o

fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação. ***

- 7.20)** Mobilizar, através das escolas, as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais. ***
- 7.21)** Promover a articulação dos programas da área da educação, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional. *
- 7.22)** Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. **
- 7.23)** Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional da rede municipal de ensino.
- 7.24)** Aderir ao Sistema Nacional de Avaliação, para fortalecer as políticas públicas e orientar as práticas pedagógicas. */***
- 7.25)** Promover, em consonância com as Diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem. ***
- 7.26)** Aderir ao Programa Nacional de Formação de Professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional. *
- 7.27)** Estabelecer políticas de estímulo que melhorem o desempenho das escolas no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar. ***
- 7.28)** Garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência, adequando as instalações já existentes e construindo novas instalações em cumprimento à legislação vigente. ***

~~META 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de~~

~~estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019~~

**META 08: Contribuir para elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no Município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
(Nota Técnica 003/2018)**

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 8.1)** Aderir aos programas e às tecnologias estabelecidas em nível nacional e/ou estadual, para a correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado e recuperação e progressão parcial, bem como priorizar os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados. ***/**/***
- 8.2)** Assegurar a oferta de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sempre que houver demanda. ***/**/***
- 8.3)** Incentivar a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados. ***/**/***
- 8.4)** Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e colaborar para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino. ***/**/***
- 8.5)** Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude. ****

META 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 9.1)** Assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria, sempre que houver demanda. */**
- 9.2)** Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos. **
- 9.3)** Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica. */**
- 9.4)** Buscar a adesão ao programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização. *
- 9.5)** Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil. */**
- 9.6)** Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade. */**/**
- 9.7)** Fomentar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde. */**/**
- 9.8)** Incentivar a implementação de projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos. */**/**
- 9.9)** Garantir acesso aos exames de certificação da conclusão do ensino fundamental e médio. **
- 9.10)** Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos. **
- 9.11)** Aderir aos programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, de forma que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. */**/**
- 9.12)** Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do

analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas. */**

- 9.13)** Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, a fim de desenvolver ações voltadas à continuidade do atendimento escolar das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.

META 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 10.1)** Estimular a oferta do programa de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica. */**
- 10.2)** Viabilizar mecanismos de expansão das matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores. */**
- 10.3)** Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância. */**
- 10.4)** Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */**
- 10.5)** Buscar a adesão ao programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência. */**/**
- 10.6)** Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, de forma que haja a articulação da formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos. **/**

- 10.7) Fomentar a produção e/ou aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes da rede pública que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. **/**
- 10.8) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores, articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade. **
- 10.9) Buscar a adesão ao programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional. */
- 10.10) Incentivar a implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio. **/**

~~**META 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público. Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019.**~~

**Meta 11: Contribuir para triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.
(Nota Técnica 004/2018)**

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 11.1) Fomentar, junto ao poder público estadual e federal, a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita. **
- 11.2) Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.
- 11.3) Fomentar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins

lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.

- 11.4) Fomentar que a oferta de educação profissional no Município esteja articulada aos dados do mercado de trabalho e às consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 12.1) Estimular a ampliação da oferta de estágio na rede municipal como parte da formação na educação superior.
- 12.2) Assegurar ações de incentivo à mobilidade estudantil para as instituições de educação superior da região, tendo em vista o enriquecimento da formação em nível superior. *
- 12.3) Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, considerando as necessidades locais, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica.
- 12.4) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência. *

~~**META 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.**~~
Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019.

“Meta 13 – Contribuir para elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício na rede Municipal de Ensino.”

(Nota Técnica 005/2018)

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 13.1) Estimular, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado.
- ~~13.2) Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades~~

do Município. **Item suprimido através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019.**

META 14: ~~e elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019~~

Meta 14 – Contribuir para elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a cooperar para atingir a meta nacional de titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.”
(Nota Técnica 007/2018)

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 14.1)** ~~Estimular, por meio de dispositivos no Plano de Carreira do Magistério, a participação dos profissionais do magistério em programas de mestrado. **Item suprimido através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019.**~~
- 14.2)** Estimular a participação da população em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de necessidades do Município.

META 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 15.1)** Valorizar as práticas de ensino e os estágios dos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação da rede municipal de ensino, visando a articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica. */***
- 15.2)** Fomentar a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.
- 15.3)** Implantar política de formação continuada aos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério. */***

- 15.4) Possibilitar e ampliar o uso das tecnologias de informação e comunicação e conteúdos multididáticos para os envolvidos no processo educativo, garantindo formação específica para esse fim. ***

META 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 16.1) Garantir, em regime de colaboração, que todos os professores da educação básica tenham formação continuada, e fomentar a oferta de pós-graduação por parte das instituições de educação superior existentes na região, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Município. */**/**
- 16.2) Buscar a adesão ao programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em LIBRAS e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. *
- 16.3) Aderir ao programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público, fortalecendo a formação dos professores das escolas públicas de educação básica, por meio das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura. *
- 16.4) Assegurar, aos profissionais da educação da rede municipal de ensino, formação continuada de acordo com o cargo que cada um exerce. *

META 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência do PNE.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 17.1) Acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica municipal, assegurando esta atualização nas respectivas tabelas salariais do Plano de Carreira. *

~~**META 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso**~~

~~salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.~~ **Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019**

“Meta 18 – Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de plano de carreira para os profissionais da educação escolar básica da rede pública municipal, tomando como referência a lei o piso salarial nacional profissional definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.”

(Nota Técnica 009/2018)

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 18.1) Assegurar, na rede municipal de ensino que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 70% (setenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 90% (noventa por cento) dos respectivos profissionais da educação não docentes da rede municipal de ensino sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- 18.2) Assegurar o acompanhamento dos profissionais iniciantes na rede municipal de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório.
- 18.3) Assegurar o atendimento especializado em fonoaudiologia e psicologia para os alunos da educação básica no Município e também assistente de alunos nos ônibus escolares. ***
- 18.4) Buscar a adesão à prova nacional na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública. */***
- 18.5) Assegurar aos profissionais do magistério da rede municipal de ensino, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação *stricto sensu*.
- 18.6) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas. ***
- 18.7) Assegurar, na rede pública municipal, a existência de Comissão Permanente de profissionais do magistério, para subsidiar a reestruturação e implementação do Plano de Carreira de acordo com as mudanças da legislação educacional.
- ~~18.8) Garantir, no primeiro ano de vigência deste Plano, 1/3 de hora atividade aos professores da rede municipal de ensino.~~ **Alterado através da Lei 1.125, de 28 de junho 2019.**

18.8 – DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ANO 2019:

Garantir a partir do dia 29 de julho do corrente ano, a implantação de 31,25% de Hora Atividade, para os professores Educação Infantil e Ensino Fundamental I, da Rede Municipal de ensino de Quitandinha –

PR, restando para o ano de 2020 a complementação de mais 1,75% da carga horária perfazendo, assim, a reserva exclusiva de 1/3 da jornada de trabalho do professor para utilização em sua formação e aperfeiçoamento na participação de cursos, aulas de graduação e especializações (pós graduação, mestrado e doutorado), podendo ainda o professor, no tempo destinado a Hora Atividade, preparar aulas, elaborar atividades, corrigir avaliações e realizar demais ações propostas pela equipe pedagógica. A Hora Atividade deverá ser usufruída pelo professor dentro do ambiente educacional (escolas, faculdades ou universidades), ou em salas reservadas pela Secretaria Municipal, próprias para seu melhor aproveitamento e, onde seja possível realizar o controle de jornada e frequência do mesmo.”

- 18.9) Garantir, na rede municipal de ensino, a docência das aulas de Educação Física, Inglês e Artes por profissionais do magistério formados nas respectivas áreas.
- 18.10) Assegurar, periodicamente, a revisão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Quitandinha, adequando-o à legislação educacional vigente, em especial à Lei Federal nº 11.738/2008, que instituiu o piso salarial nacional para professores da educação básica.
- 18.11) Garantir e aprimorar o auxílio alimentação aos profissionais da educação da rede municipal de ensino.
- 18.12) Realizar estudo referente à viabilidade de implantação de vale transporte e plano de saúde aos profissionais da educação da rede municipal de ensino.

META 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 19.1) Considerar, para a nomeação dos diretores de escola da rede municipal de ensino, critérios técnicos de mérito e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar através de consulta pública.
- 19.2) Aderir aos programas de apoio e formação de conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB, dos conselhos de alimentação escolar e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. */***

- 19.3) Constituir Fórum Permanente de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME.
- 19.4) Fortalecer as associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. ***
- 19.5) Fortalecer os conselhos escolares na rede municipal de ensino visando dinamizar este colegiado como instrumento de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando condições de funcionamento autônomo.
- 19.6) Instituir o Conselho Municipal de Educação no Município.
- 19.7) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares. ***
- 19.8) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino da rede municipal.
- 19.9) Assegurar a oferta de cursos de formação para os gestores escolares municipais, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento destas funções. *
- 19.10) Fortalecer e ampliar as formas de acompanhamento das famílias no desempenho escolar dos estudantes visando a qualidade do ensino. ***

~~**META 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.**~~

Meta 20 – Ampliar o investimento na Educação Pública da Rede Municipal, conforme Legislação vigente e, reivindicar da união aumento de investimento público em educação pública, de forma a atingir no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º ano de vigência do PNE, e no mínimo o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS:

- 20.1) Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento e controle da arrecadação dos impostos municipais.

- 20.2)** Destinar, na forma da lei, à manutenção e desenvolvimento do ensino, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos. *
- 20.3)** Assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a manutenção dos dados nos portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB. *
- 20.4)** Implementar o custo aluno qualidade (CAQ) nos termos da legislação em vigor.*
- 20.5)** Dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica. *
- 20.6)** Garantir que o Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, tenha plena autonomia na gestão dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino público municipal.
- 20.7)** Assegurar mecanismos destinados ao cumprimento previsto na legislação em vigor, que definem os gastos admitidos como de manutenção e desenvolvimento do ensino público.
- 20.8)** Assegurar mecanismos que viabilizem o repasse automático dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino público para o Órgão Municipal de Educação, conforme determinação legal.
- 20.9)** Garantir o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social do Município.
- 20.10)** Assegurar dotação orçamentária para a implementação e execução das metas constantes neste Plano Municipal de Educação.

(*) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração da União.

(**) O cumprimento desta Estratégia depende da colaboração do Estado.

(***) O cumprimento desta Estratégia, ao que se refere às instituições de ensino que não são da rede municipal, depende dos programas e/ou da iniciativa de cada mantenedora.

V - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação – PME, no município de Quitandinha, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas, também, de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações, a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

O Órgão Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, formando em conjunto o “Grupo de Avaliação e Acompanhamento do PME”. Desempenhará também um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as metas e estratégias aqui estabelecidas, sugerindo sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

As metas nacionais e estratégias deste Plano, somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, portanto, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e pela sociedade civil, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional, propiciando a inclusão social e a cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente durante os dez anos de vigência, a execução do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos. Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME, com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões, organizadas pelo Grupo de Avaliação e Acompanhamento.

Os instrumentos de avaliação instituídos em nível nacional e estadual são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e estratégias propostas no PME estão sendo atingidas, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Constituição Federal de 1988.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei nº 9.394/96, de 23 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº 11.494/07, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, que institui Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

SITES CONSULTADOS

<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking>

www.inep.gov.br

<http://www.deepask.com>

<http://www.quitandinha.pr.gov.br>

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Quitandinha>

<http://unico.facinter.br/frames.php>